



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ



Relatório Anual 2011



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

DELIBERAÇÃO n.º 12/2012

11º

RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DOS JULGADOS DE PAZ

Referente a 31 de Dezembro de 2011

Aprovado na sessão de 27 de Março de 2012

**Destinado a ser apresentado à Assembleia da República e ao Governo,
e a inserção no site deste Conselho**



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

1. Este é o 11º Relatório Anual do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz.

Nos primeiros anos, justificaram-se relatórios mais enunciativos de princípios e de perspetivas.

Consolidada a instituição, na linha de um importante texto positivo, de 04.02.2002, da 1ª Comissão (Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) da Assembleia da República e ultrapassada a fase experimental, os Relatórios Anuais deste Conselho passaram a ser mais descritivos, mas não podem deixar de refletir os princípios, que estão na raiz de tudo.

Aliás, os aspetos estatísticos nunca serão, neste tipo de instituição, o mais importante. O ponto decisivo tem de estar, sempre, na valoração que se faça.

Como temos dito, **a Justiça não se quantifica, qualifica-se.**

De todo o modo, não podemos esquecer que os aspetos estatísticos têm relevância, embora apenas como base de trabalho.

2. O Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz foi criado, pela unanimidade da Assembleia da República, a nosso ver com clara base constitucional na orientação global do art.º 217º da C.R.P., em especial no seu n.º 3.

E, apesar do escasso número de regras específicas da consequente Lei n.º 78/2001, de 13.07, a este Conselho foram atribuídas duas tarefas fundamentais:

Por um lado, a nomeação e disciplina dos Juízes de Paz.

Por outro lado, o acompanhamento da criação, instalação e funcionamento dos Julgados de Paz, o que implica um mundo de assuntos.

Isto, que a Lei n.º 78/2001 referencia esquematicamente, tem de ser densificado graças ao apelo aos princípios que regem os Julgados e os Juízes de Paz e ao bom senso sem o qual não há interpretação e aplicação legais dignas desse nome.

Naturalmente, tudo parte da Constituição e, portanto, da qualificação dos Julgados de Paz como Tribunais. Mas não é preciso estar, constantemente, a



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

dizer que os Julgados de Paz são Tribunais. Só vale a pena dizê-lo quando tal se imponha para extrair alguma consequência concreta. A Constituição da República Portuguesa não consente entendimento diferente e uma afirmação constante poderia significar alguma dúvida injustificada.

Em verdade, nem todos os Tribunais são judiciais. **Ser Tribunal é o género. Ser judicial é a espécie.** Bem se sabe que a matéria é, na medida da competência material dos Julgados de Paz, idêntica. Todavia, este é um dos campos jurídicos em que se reflete a importante diferença entre, **por um lado, leitura de normas e, por outro lado, interpretação e aplicação.** Se os Tribunais judiciais são tribunais comuns – mais, são a essência dos tribunais comuns – e se os Julgados de Paz estão criados, instalados, organizados com **especificidades que os qualificam como incomuns**, é óbvio que os Julgados de Paz não são judiciais, na correção do termo. Poderiam ser um aliás injustificável subdegrau dos judiciais como o que os fez desaparecer por meados do século XX, mas não é o caso. Os legisladores portugueses tiveram o bom senso e uma certa originalidade, aliás baseada na essência de raízes históricas, de entender que os Julgados de Paz, para serem úteis aos cidadãos e ganharem a justificação do seu espaço, tinham de se assumir como Tribunais incomuns.

Aliás, este Conselho sempre entendeu, coerentemente, desde o seu primeiro Relatório, em 2002, que os Julgados de Paz se justificam por serem úteis aos cidadãos, mas que isso pressupõe, exatamente, as suas especificidades identificativas de uma jurisdição própria.

Isto é tão certo que se reflete, contraditoriamente, na inadequação do regime recursório que, no momento em que este texto é escrito, ainda não foi mudado e que implica que os recursos interpostos dos Julgados de Paz o sejam para 1ª (!) instância judicial, apesar de as formações dos Juízes de Direito e dos Juízes de Paz serem **diferentes**, o tipo de orientação tramitacional ser diferente e isso poder ter reflexos inadequados em resultados de recursos. Designadamente em matéria de fundamentação decisória, os Juízes de Paz estão sujeitos aos objetivos e valores específicos dos Julgados de Paz (art.º 2º da Lei n.º



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

78/2001), ainda que sem quebra do alcance da essência, designadamente, da norma do art.º 205º n.º 1 da C.R.P. O que vale por dizer que o relevante não são tanto as palavras ou a forma, são as ideias que a harmonia decisória releve. Mas a questão dos recursos decorre da circunstância de ainda não haver um Julgado de Paz de 2º grau.

Quanto às especificidades dos Julgados de Paz, para além da integração de um *item* próprio de desejável mediação (para o que conviria a presença diária de um mediador em todos os Julgados de Paz); de uma tramitação processual muito simples e direta que deveria ser ponderada na reforma do CPC; de Juizes próprios, que não são magistrados judiciais mas, sim, juristas que devem ter formação própria; de consequente orgânica que inclui um Conselho próprio (havendo que distinguir a existência, da composição, que são questões diferentes); acontece que o nascimento de cada Julgado de Paz pressupõe uma parceria pública-pública ou interpública, que ligue o Estado (com a sua perspetiva geral) com as Autarquias interessadas (com a sua consciência direta do interesse cívico local). Esta especificidade tem marcado, positivamente, os Julgados de Paz, e é uma visão frisadamente democrática da Justiça. Que ganham as Autarquias? Ganham o mais importante de qualquer situação democrática: o serviço aos cidadãos, quando mais não seja.

Para além deste tipo de parceria estar preconizado pela Lei n.º 78/2001 (art.º 64º n.º 3), ele adequa-se às regras gerais do art.º 8º da Lei n.º 159/99, de 14.09.

De todo o modo, é recomendável ponderação de circunstâncias concretas e diálogo mutuamente compreensivo entre o Ministério da Justiça e as Autarquias, única forma de qualquer questão ser discutida, ponderada e decidida em Democracia.

Aliás, as parcerias que estão na origem dos Julgados de Paz devem ser extensivas a outras instituições de incontroversa dignidade, como é o caso de Universidades, desde que seja totalmente salvaguardada a imagem jurisdicional dos Julgados de Paz. Em verdade, para além de outros dispositivos constitucionais aplicáveis, **a causa-final constitucional dos**



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Julgados de Paz é o direito cívico fundamental de acesso ao Direito e à tutela jurisdicional (art.º 20º da C.R.P.) ou, mais claramente, o direito à Justiça, sem cuja salvaguarda não há Democracia e nem sequer sociedade humana digna desse nome.

3. Os Julgados de Paz não são – como nenhuma instituição é – insuscetível de imperfeições, nem é a única resposta ao direito à Justiça. Mas é parte útil da panóplia de meios de resposta a esse direito.

Chega-se a esta conclusão quer dedutivamente, quer indutivamente.

Com efeito, basta pensar em objetivos estratégicos dos Julgados de Paz (**participação cívica** dos cidadãos interessados e **justa** composição dos diferendos, mormente por **acordo**) e nos respetivos **princípios metodológicos** (simplicidade, informalidade, oralidade, economia processual) – art.º 2º da Lei n.º 78/2001; para se deduzir a nova fronteira da Justiça de Proximidade que esta instituição pode e deve realizar.

A experiência dos últimos 10 anos evidencia que a atuação dos Julgados de Paz continua a justificar o acerto da sua restauração na aurora do século XXI, pesem embora algumas dificuldades, que podem e devem ser ultrapassadas.

Aliás, e muito significativamente, um dos objetivos preconizados pelo Memorandum de Entendimento com a chamada Troika, no que concerne ao mundo da Justiça é, justamente, o desenvolvimento dos Julgados de Paz. É nossa convicção que não seremos nós, portugueses, a não aproveitar esta oportunidade.

Dir-se-à que os Julgados de Paz não resolvem os assuntos de primeiras páginas dos jornais. Mas a vida da grande maioria das pessoas não é feita somente, nem principalmente, por essas questões. Além de que 5.000 euros, para muitos, têm mais importância do que 5.000.000 euros para outros, as questões resolvidas pelos Julgados de Paz são, exatamente, aquelas que infernizam a vida do comum das pessoas e que ou não chegariam a um Tribunal ou teria de aguardar “vez”, perante a imensidade de causas que chegam aos judiciais.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Dir-se-à, também, que os Julgados de Paz não tiram suficiente número de processos aos Tribunais judiciais. Ainda que os Julgados de Paz já tenham, atualmente, recebido mais de 51.000 processos (mais exatamente, 50.950 até 31.01.2012), é óbvio que funcionou negativamente, neste particular, o Acórdão dito de uniformização de jurisprudência do S.T.J., de 24 de Maio de 2007 porque, apesar de não ser vinculativo a não ser no caso concreto, a partir daí mais nenhum processo foi recebido, nos Julgados de Paz, com origem nos Tribunais judiciais. E, por outro lado, **a ação global dos Julgados de Paz depende das competências e da dimensão da rede**, e o número de Julgados de Paz continua em 25, com uma abrangência de 61 concelhos, não tendo sido instalado qualquer Julgado de Paz em 2011.

Temos esperança de que, apesar das dificuldades que ninguém ignora, em 2012 possa ser retomada a instalação de Julgados de Paz, até porque têm sido feitos estudos e há Municípios interessados, assim como Universidades, face a notícias que nos chegam.

Aliás, o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz tem transmitido, ao Ministério da Justiça, o interesse manifestado por muitos cidadãos, acerca do aumento da instalação de Julgados de Paz. Este interesse tem sido continuado quanto a certas regiões, como os Açores e o Algarve, e pensamos, também, nos Julgados de Paz criados pelo DL n.º 289/2009, de 08.10, dos quais faltam instalar os de: Alcochete/ Barreiro/ Moita/ Montijo; Alvaiázere/ Ancião/ Figueiró dos Vinhos/ Pedrogão Grande/ Penela; Loures; Odemira/ Sines.

Aliás, estamos em fase de desencadeamento do processo formal legislativo para revisão da Lei n.º 78/2001, de 13.07. Em verdade, passados mais de 10 anos, a experiência demonstra a necessidade de revisão dessa Lei – que este Conselho propôs várias vezes – inclusive em certos aspetos técnicos e funcionais. Até o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz necessita de lei atualizada e operacional **que viabilize a nomeação de pessoa(s) idónea(s) com ligação permanente ao Conselho para realizar averiguações, inquéritos, avaliações e atos semelhantes, bem como, e**



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

além do mais, mapa de Funcionários próprios. O Conselho propôs a revisão, foi ouvido sobre projeto que chegou a existir, mas espera ainda pronunciar-se sobre o projeto final de Proposta de Lei.

Aliás, há questões dos Julgados de Paz que independem da revisão da Lei, por cuja solução este Conselho tem insistido. Com efeito, não tendo havido, pelo menos até agora, renovação do prazo de validade do anterior concurso para Juiz de Paz, **urge um novo concurso, aliás em novos moldes**, porque atualmente não há qualquer pessoa nomeável Juiz de Paz e as situações de acumulação não são sustentáveis por muito mais tempo, até porque os Juízes de Paz são poucos e alguns Julgados de Paz distantes uns dos outros, além de que, naturalmente, o tempo gasto em deslocações é tempo perdido para o trabalho, de que este se ressente.

Crê o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz que um novo concurso para Juiz de Paz poderia ser confiado a uma Universidade, com ativa intervenção deste Conselho e do respetivo Departamento do Ministério da Justiça.

Além disso, há aspetos que parecem simples pormenores, mas são mais importantes do que isso. Por exemplo, não faz sentido que haja **alguns** Julgados de Paz onde, ao arrepio das regras gerais regulamentares, ainda se admita turnos de Juízes de Paz (o que é contrário à deontologia e à necessidade e que, na prática, acaba por nem ser observado exatamente porque os Juízes de Paz compreendem que turnos de Juízes é algo sem qualquer justificação); e que o Juiz de Paz Coordenador seja decorrente de resultados da formação (o que nada quer dizer para o efeito e não confere com a regra geral de designação por este Conselho).

4. Enfim, não pode deixar de se expor uma breve palavra sobre os dados estatísticos que seguem.

Não vamos alongarmo-nos em considerações.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

Com efeito, os dados estatísticos estão muito claramente organizados pelos Srs. Funcionários deste Conselho, tendo por base os relatórios mensais dos Srs. Juízes de Paz e dados complementares.

Permitimo-nos destacar alguns números.

No final de 2011, os Julgados de Paz haviam recebido **mais de 50.000 processos**, mais concretamente 50.053, não obstante serem apenas 25.

Mais importante do que isso, a eficácia dos Julgados de Paz atingiu um ponto muito alto, mesmo um pouco mais do que no ano anterior:

96,09%, face aos 95,39% de 2010.

É certo que, em 31.12.2011, transitaram pendentes 3.275 processos, enquanto que, em 31.12.2010, haviam transitado pendentes 2.881. Todavia, a eficácia, em 2011, foi realmente superior, da ordem dos **74,71%**, face aos 72,98% de 2010. Aconteceu que, enquanto, em 2010, haviam entrado 8.157 processos, em 2011 entraram 10.071, tendo findado 9.677, contra os 7.781 de 2010.

Isto tem de ser bem entendido porque, para além de algumas outras situações locais que careceram de grande atenção, existe um caso especial, com muitas dificuldades que, naturalmente, tem resultados que se refletem, negativamente, na visão global. Esse caso, é o do Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia, que tem vivido, nos últimos tempos, com muita dificuldade de carência de Funcionários, mormente preparados, e de meios logísticos. É uma situação que, não obstante falhas que acabaram por ser compreensíveis, revelou uma grande dedicação de quem lá trabalha e de quem prestou colaboração, viabilizando-se a persistência de um Julgado de Paz que chegou a ser o mais operacional do País. Mas, se é verdade que isto tem de ser ponderado, para se compreender o efeito negativo nos resultados globais, o que, a nosso ver, tem de ser mais realçado é, por um lado, a sensibilidade e dedicação de quem lá tem trabalhado; bem como o facto de, não obstante os reflexos das dificuldades nos resultados **globais**, estes serem, apesar disso, muitos positivos; e, finalmente, apraz-nos registar que os esforços desenvolvidos para ser encontrada solução útil parecem estar agora a dar fruto adequado através



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

do diálogo institucional sem o qual não há soluções sustentadas a bem dos cidadãos utentes e da Justiça.

Por tudo isto nos parece que continua a ser muito positivo o **tempo médio de pendência processual na globalidade dos Julgados de Paz** posto que, apesar do caso de Vila Nova de Gaia (e, aliás, de outros também com algumas dificuldades de outras naturezas), se situou nos **70 dias** (, 32), apenas cerca de 5 dias mais do que em 2010, quando é certo que, em 2008, já se havia chegado a 77, 06 que, em seguida, veio a baixar. Aliás, há que pensar, inclusive que, **quanto mais se acabem processos antigos, estatisticamente mais aumenta o número de dias de pendência geral.**

Tome-se atenção a que não se trata, nem se pode tratar, de algo tipo fetiche. Bem se sabe que cada processo é um caso, cada Julgado de Paz é um caso, são as circunstâncias concretas que influenciam os resultados. Mas, acima de tudo, importa a sensibilização e a dedicação de quem quer trabalhar nos Julgados de Paz, pessoas que têm de primar, fundamentalmente, pelo respeito para com os cidadãos utentes e, isto, pressupõe humanismo, esclarecimento, eficiência. Daqui têm de existir resultados, inclusive celeridade, porque o princípio constitucional e convencional do “prazo razoável” não pode ser, apenas, uma expressão bonita sem consequências concretas. **Um processo não é conjunto de papeis, é vida de gente que merece respeito.** E, deste respeito, nasce a celeridade resolutive. **Naturalmente, o prazo razoável podem ser 60 dias, pode ser mais e pode ser menos! O que tem de ser é o mínimo necessário para, nas circunstâncias concretas, corresponder aos direitos dos cidadãos utentes, que são as pessoas que justificam a existência dos Julgados de Paz.**

E tudo isto tem de ser feito não só com espírito de serviço mas, também, com humildade. **As pessoas são, ou não, importantes conforme a sua capacidade para uma constante preocupação em fazer melhor, com sentido de humildade e que nada mais fazem a não ser cumprir o seu dever. Este é o lema dos Julgados de Paz.**



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

E, para tanto, é preciso ter objetivos e procurar atingí-los e, se possível, superá-los.

Tal é o espírito normal nos Julgados de Paz. Assumimos que esse espírito é condição “sine qua non” para integração na instituição.

Quanto à mediação, que foi objeto de uma Diretiva da U.E. de 2008, verifica-se que, em 2011, fez terminar 21,43% dos processos nos Julgados de Paz, enquanto, que a conciliação jurisdicional fez terminar 16,85% dos processos. Donde, no total das duas medidas: 38,28% dos processos. É nossa convicção que os efeitos da mediação podem ser mais rentabilizados, conforme a permanência de mediador.

5. Algumas soluções de que se carece:

- A revisão da Lei n.º 78/2001 e de vários Regulamentos, assumindo-se os Julgados de Paz como um meio jurisdicional incomum de resposta ao direito fundamental à Justiça, cuja instituição pode ser partilhada pelo Estado com o Poder local e com instituições universitárias;
- Agilização de alguns aspetos tramitacionais, designadamente da citação e da nomeação de Defensor Oficioso;
- Elaboração de um questionário- padrão idêntico para preenchimento voluntário pelos cidadãos utentes, elaboração que vai ser realizada por este Conselho, ponderando algumas iniciativas de Juízes de Paz;
- Realização a curto prazo de novo concurso para Juiz de Paz, eventualmente atribuída a uma Faculdade de Direito, com ativa intervenção deste Conselho e do competente Departamento do Ministério da Justiça;
- Revisão dos quadros jurisdicionais, dos funcionários e dos mediadores dos Julgados de Paz e dos sistemas de presenças respetivas;
- Revisão de áreas geográficas de alguns Julgados de Paz, ponderando o agrupamento de concelhos limítrofes, com ou sem instalações em todos os concelhos mas, sempre, com abrangência global;



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

- Divulgação e esclarecimento geral deste tipo de Tribunais, quer nas Universidades e outras Escolas, quer junto de juristas, quer para os cidadãos em geral;
- Prosseguimento do alargamento da rede dos Julgados de Paz, como Tribunais de Proximidade e, portanto, de pacificação pessoal e social;
- Incentivação dos efeitos positivos da mediação, recuperando a constante disponibilidade de mediador nos Julgados de Paz.

Aliás, estas são, apenas, algumas ideias para prosseguimento útil da instituição.

Enfim, há que prosseguir na rota traçada desta **jurisdição incomum, cooperante mas não judicial**, no interesse dos cidadãos utentes e do seu direito constitucional à Justiça.

E, no fim está o princípio, o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz felicita todos quantos têm acreditado e se têm dedicado à obra da Justiça de Paz, quer criando e instalando, quer trabalhando “no terreno”, como tem sido o caso, designadamente, de Juízes de Paz, de mediadores e funcionários dos Julgados de Paz. Nunca se pode agradar 100% a todos, mas haja a consciência tranquila de se fazer tudo quanto as circunstâncias permitem ou, desejavelmente, de as superar.

Datas de Instalação dos Julgados de Paz

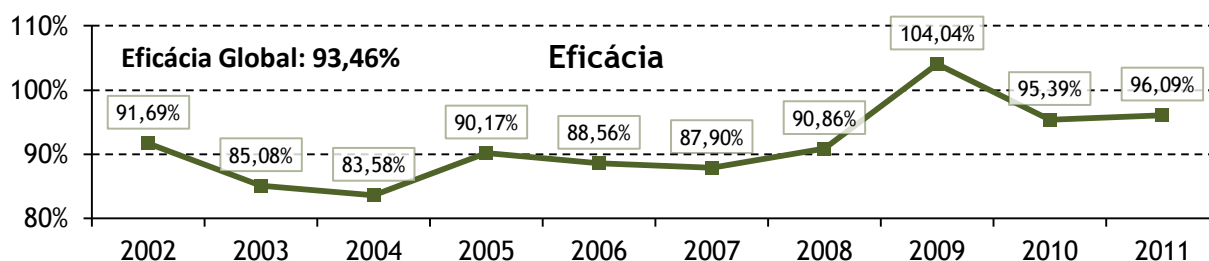
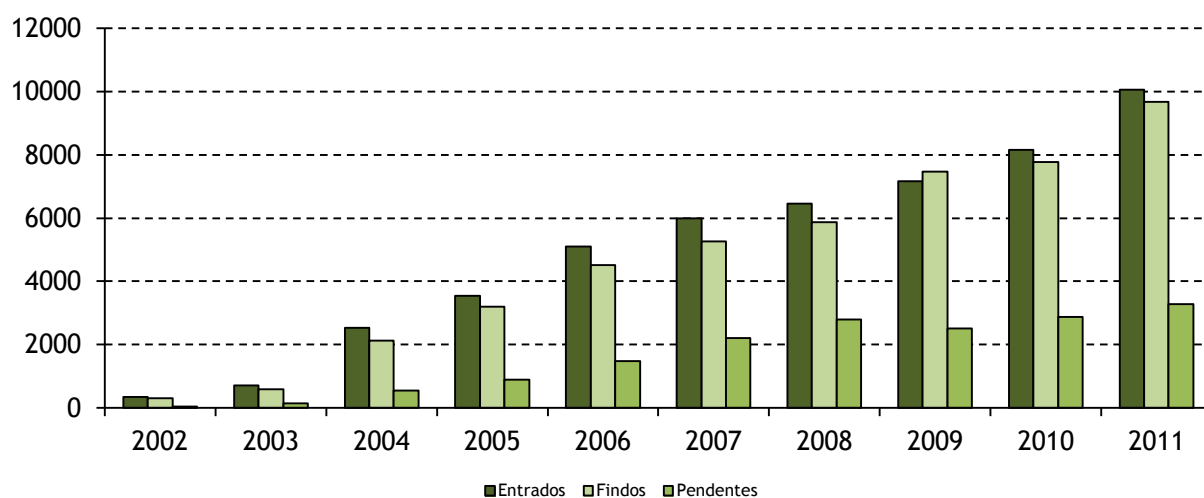
JP Lisboa	21-01-2002
JP Agrupamento Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada	
Oliveira do Bairro	22-01-2002
JP Seixal	01-02-2002
JP Vila Nova de Gaia	27-02-2002
JP Miranda do Corvo	01-03-2004
JP Terras de Bouro	01-03-2004
JP Vila Nova de Poiares	01-03-2004
JP Agrupamento Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende	
Tarouca	06-03-2004
JP Agrupamento Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real	
Santa Marta de Penaguião	22-03-2004
JP Agrupamento Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho	
Cantanhede	05-04-2004
JP Porto	15-04-2004
JP Agrupamento Aguiar da Beira, Penalva do Castelo, Sátão, Trancoso e Vila Nova de Paiva	
Aguiar da Beira	17-05-2004
Trancoso	17-05-2004
(Reorganização) Vila Nova de Paiva	27-05-2009
JP Trofa	07-03-2006
JP Sintra	15-03-2006
JP Coimbra	26-03-2006
JP Santa Maria da Feira	28-11-2006
JP Odivelas	26-07-2008
JP Concelhos Palmela e Setúbal	
Setúbal	01-05-2008
Palmela	09-12-2008
JP Agrupamento Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Mértola e Ourique	
Castro Verde	11-12-2008
Aljustrel	15-07-2010
JP Agrupamento Oleiros, Mação, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei	
Vila de Rei	03-04-2009
Sertã	01-06-2009
Proença-a-Nova	09-06-2010
JP Agrupamento Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos e Nazaré	
Óbidos	21-04-2009
JP Agrupamento Carregal do Sal, Mangualde e Nelas	
Carregal do Sal	06-08-2009
JP Agrupamento Câmara de Lobos e Funchal	
Funchal	22-12-2009
JP Agrupamento Belmonte, Covilhã e Fundão	
Belmonte	13-09-2010
JP Cascais	25-11-2010

Globais

Cômputo de todos os Julgados de Paz

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2002	337		309		28	
2003	697	106,82%	593	91,91%	132	371,43%
2004	2533	263,41%	2117	257,00%	548	315,15%
2005	3540	39,76%	3192	50,78%	896	63,50%
2006	5097	43,98%	4514	41,42%	1479	65,07%
2007	5998	17,68%	5272	16,79%	2205	49,09%
2008	6452	7,57%	5862	11,19%	2795	26,76%
2009	7171	11,14%	7461	27,28%	2505	-10,38%
2010	8157	13,75%	7781	4,29%	2881	15,01%
2011	10071	23,46%	9677	24,37%	3275	13,68%
Totais	50053		46778		3275	



Globais

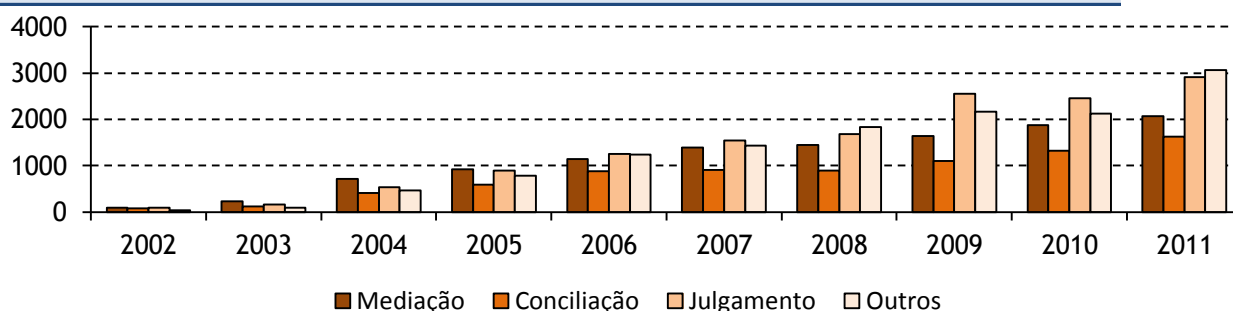
Cômputo de todos os Julgados de Paz

Nº Processos Findos, por Motivo, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Findos	variação %
2002	96	83	87	43	309	
2003	224	124	156	89	593	91,91%
2004	711	409	539	458	2117	257,00%
2005	924	591	895	782	3192	50,78%
2006	1144	876	1250	1244	4514	41,42%
2007	1390	901	1549	1432	5272	16,79%
2008	1451	889	1682	1840	5862	11,19%
2009	1644	1099	2548	2170	7461	27,28%
2010	1879	1325	2450	2127	7781	4,29%
2011	2074	1631	2914	3058	9677	24,37%
Totais	11537	7928	14070	13243	46778	

% Processos Findos, por Motivo

	% Mediação	% Conciliação	% Julgamento	% Outros	Total
2002	31,07%	26,86%	28,16%	13,92%	309
2003	37,77%	20,91%	26,31%	15,01%	593
2004	33,59%	19,32%	25,46%	21,63%	2117
2005	28,95%	18,52%	28,04%	24,50%	3192
2006	25,34%	19,41%	27,69%	27,56%	4514
2007	26,37%	17,09%	29,38%	27,16%	5272
2008	24,75%	15,17%	28,69%	31,39%	5862
2009	22,03%	14,73%	34,15%	29,08%	7461
2010	24,15%	17,03%	31,49%	27,34%	7781
2011	21,43%	16,85%	30,11%	31,60%	9677
Totais	24,66%	16,95%	30,08%	28,31%	46778



Globais

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por Julgado de Paz, em 2010

	2009	2010				
	Pendentes	Entrados	Total	Findos	% Findos	Pendentes
JP Lisboa	295	1145	1440	1092	75,83%	348
JP O. Bairro	42	202	244	127	52,05%	117
JP Seixal	73	648	721	603	83,63%	118
JP V.N. Gaia	659	600	1259	578	45,91%	681
JP M. Corvo	13	101	114	97	85,09%	17
JP T. Bouro	4	54	58	49	84,48%	9
JP V.N. Poiares	5	94	99	79	79,80%	20
JP Tarouca	63	225	288	236	81,94%	52
JP S.M. Penaguião	151	305	456	387	84,87%	69
JP Cantanhede	153	506	659	493	74,81%	166
JP Porto	526	931	1457	886	60,81%	571
JP A. Beira	25	182	207	187	90,34%	20
JP Trofa	18	114	132	105	79,55%	27
JP Sintra	228	974	1202	982	81,70%	220
JP Coimbra	46	306	352	280	79,55%	72
JP S.M. Feira	45	215	260	225	86,54%	35
JP Odivelas	28	293	321	270	84,11%	51
JP Setúbal/Palmela	89	367	456	368	80,70%	88
JP Aljustrel e C. Verde	7	96	103	83	80,58%	20
JP Proença, Sertã e V. Rei	4	117	121	94	77,69%	27
JP Óbidos	27	294	321	260	81,00%	61
JP Carregal do Sal	3	97	100	93	93,00%	7
JP Funchal	1	217	218	177	81,19%	41
JP Belmonte	0	43	43	23	53,49%	20
JP Cascais	0	31	31	7	22,58%	24
Totais	2505	8157	10662	7781	72,98%	2881

Globais

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por Julgado de Paz, em 2011

	2010	2011					Remessas a Tribunal Judicial em 2011
	Pendentes	Entrados	Total	Findos	% Findos	Pendentes	
JP Lisboa	348	1328	1676	1346	80,31%	330	44
JP O. Bairro	117	204	321	217	67,60%	104	6
JP Seixal	118	635	753	615	81,67%	138	1
JP V.N. Gaia	681	723	1404	649	46,23%	755	15
JP M. Corvo	17	103	120	107	89,17%	13	0
JP T. Bouro	9	78	87	80	91,95%	7	0
JP V.N. Poiares	20	94	114	92	80,70%	22	0
JP Tarouca	52	195	247	223	90,28%	24	8
JP S.M. Penaguião	69	278	347	271	78,10%	76	11
JP Cantanhede	166	441	607	495	81,55%	112	20
JP Porto	571	996	1567	1009	64,39%	558	50
JP A. Beira	20	160	180	170	94,44%	10	6
JP Trofa	27	224	251	208	82,87%	43	11
JP Sintra	220	1231	1451	1098	75,67%	353	19
JP Coimbra	72	387	459	336	73,20%	123	7
JP S.M. Feira	35	252	287	238	82,93%	49	30
JP Odivelas	51	307	358	319	89,11%	39	11
JP Palmela/Setúbal	88	425	513	422	82,26%	91	16
JP Aljustrel e C. Verde	20	190	210	182	86,67%	28	16
JP Proença, Sertã e V. Rei	27	320	347	320	92,22%	27	3
JP Óbidos	61	291	352	229	65,06%	123	11
JP Carregal do Sal	7	159	166	155	93,37%	11	6
JP Funchal	41	536	577	413	71,58%	164	6
JP Belmonte	20	193	213	180	84,51%	33	2
JP Cascais	24	321	345	303	87,83%	42	4
Totais	2881	10071	12952	9677	74,71%	3275	303

Globais

Variação de Processos Entrados, Findos e Pendentes, por Julgado de Paz

	Total Entrados	Variação %	Total Findos	Variação %	Total Pendentes	Variação %
	Desde Instalação	2011	Desde Instalação	2011	Desde Instalação	2011
JP Lisboa	7828	15,98%	7498	23,26%	330	-5,17%
JP O. Bairro	1505	0,99%	1401	70,87%	104	-11,11%
JP Seixal	3954	-2,01%	3816	1,99%	138	16,95%
JP V.N. Gaia	7360	20,50%	6605	12,28%	755	10,87%
JP M. Corvo	652	1,98%	639	10,31%	13	-23,53%
JP T. Bouro	437	44,44%	430	63,27%	7	-22,22%
JP V.N. Poiares	421	0,00%	399	16,46%	22	10,00%
JP Tarouca	1314	-13,33%	1290	-5,51%	24	-53,85%
JP S.M. Penaguião	1841	-8,85%	1765	-29,97%	76	10,14%
JP Cantanhede	2948	-12,85%	2836	0,41%	112	-32,53%
JP Porto	7069	6,98%	6511	13,88%	558	-2,28%
JP A. Beira	648	-12,09%	638	-9,09%	10	-50,00%
JP Trofa	666	96,49%	623	98,10%	43	59,26%
JP Sintra	5267	26,39%	4914	11,81%	353	60,45%
JP Coimbra	1486	26,47%	1363	20,00%	123	70,83%
JP S.M. Feira	1297	17,21%	1248	5,78%	49	40,00%
JP Odivelas	1021	4,78%	982	18,15%	39	-23,53%
JP Palmela/Setúbal	1261	15,80%	1170	14,67%	91	3,41%
JP Aljustrel e C. Verde	326	97,92%	298	119,28%	28	40,00%
JP Proença, Sertã e V. Rei	474	173,50%	447	240,43%	27	0,00%
JP Óbidos	673	-1,02%	550	-11,92%	123	101,64%
JP Carregal do Sal	263	63,92%	252	66,67%	11	57,14%
JP Funchal	754	147,00%	590	133,33%	164	300,00%
JP Belmonte	236	348,84%	203	682,61%	33	65,00%
JP Cascais	352	935,48%	310	4228,57%	42	75,00%
Global	50053	23,46%	46778	24,37%	3275	13,68%

Globais

Recursos interpostos, desde a instalação

	Interpostos	% (Entrados)	findos	pendentes	% pendentes
JP Lisboa	99	1,26%	41	58	58,59%
JP O. Bairro	9	0,60%	4	5	55,56%
JP Seixal	20	0,51%	20	0	0,00%
JP V.N. Gaia	43	0,58%	19	24	55,81%
JP M. Corvo	2	0,31%	2	0	0,00%
JP T. Bouro	0	0,00%	0	0	0,00%
JP V.N. Poiares	2	0,48%	1	1	50,00%
JP Tarouca	45	3,42%	33	12	26,67%
JP S.M. Penaguião	15	0,81%	12	3	20,00%
JP Cantanhede	20	0,68%	4	16	80,00%
JP Porto	64	0,91%	25	39	60,94%
JP A. Beira	6	0,93%	4	2	33,33%
JP Trofa	8	1,20%	3	5	62,50%
JP Sintra	12	0,23%	3	9	75,00%
JP Coimbra	9	0,61%	3	6	66,67%
JP S.M. Feira	10	0,77%	8	2	20,00%
JP Odivelas	1	0,10%	0	1	100,00%
JP Palmela/Setúbal	6	0,48%	0	6	100,00%
JP Aljustrel e C. Verde	2	0,61%	0	2	0,00%
JP Proença, Sertã e V. Rei	1	0,21%	0	1	0,00%
JP Óbidos	0	0,00%	0	0	0,00%
JP Carregal do Sal	4	1,52%	0	4	0,00%
JP Funchal	7	0,93%	0	7	100,00%
JP Belmonte	1	0,42%	0	1	0,00%
JP Cascais	2	0,57%	0	2	0,00%
Total	388	0,78%	182	206	53,09%

Globais

Durações médias, por Julgado de Paz

	2008	2009	2010	2011	Variação
JP Lisboa	64	79	80	83	3
JP O. Bairro	62	74	76	96	20
JP Seixal	49	49	47	48	1
JP V.N. Gaia	100	100	150	161	11
JP M. Corvo	41	44	44	45	1
JP T. Bouro	54	49	51	51	0
JP V.N. Poiares	46	45	45	45	0
JP Tarouca	108	41	74	76	2
JP S.M. Penaguião	46	59	72	78	6
JP Cantanhede	74	81	84	90	6
JP Porto	236	125	143	149	6
JP A. Beira	34	34	35	37	2
JP Trofa	72	69	83	74	-9
JP Sintra	134	122	111	103	-8
JP Coimbra	57	59	59	70	11
JP S.M. Feira	89	93	87	80	-7
JP Odivelas	44	42	41	45	4
JP Palmela/Setúbal		42	63	68	5
JP Aljustrel e C. Verde		41	46	58	12
JP Proença, Sertã e V. Rei		35	41	42	1
JP Óbidos		51	48	62	14
JP Carregal do Sal		25	37	37	0
JP Funchal		8	60	57	-3
JP Belmonte			35	45	10
JP Cascais			18	58	40
Média (dias)	77,06	59,43	65,20	70,32	5,12

Globais

Processos Findos, por Juiz e Funcionário, em 2011

	Findos	Juízes	Funcionários	Média por Juiz	Média por Func
JP Lisboa	1346	2	14	673,00	96,14
JP O. Bairro	217	1	2	217,00	108,50
JP Seixal	615	2	4	307,50	153,75
JP V.N. Gaia	649	2	2	324,50	324,50
JP M. Corvo	107	1	1	107,00	107,00
JP T. Bouro	80	1	2	80,00	40,00
JP V.N. Poiares	92	1	2	92,00	46,00
JP Tarouca	223	1	4	223,00	55,75
JP S.M. Penaguião	271	1	7	271,00	38,71
JP Cantanhede	495	1	5	495,00	99,00
JP Porto	1009	2	7	504,50	144,14
JP A. Beira	170	1	6	170,00	28,33
JP Trofa	208	1	2	208,00	104,00
JP Sintra	1098	2	5	549,00	219,60
JP Coimbra	336	1	3	336,00	112,00
JP S.M. Feira	238	1	3	238,00	79,33
JP Odivelas	319	1	5	319,00	63,80
JP Palmela/Setúbal	422	1	6	422,00	70,33
JP Aljustrel e C. Verde	182	1	2	182,00	91,00
JP Proença, Sertã e V. Rei	320	1	6	320,00	53,33
JP Óbidos	229	1	2	229,00	114,50
JP Carregal do Sal	155	1	3	155,00	51,67
JP Funchal	413	1	4	413,00	103,25
JP Belmonte	180	1	2	180,00	90,00
JP Cascais	303	1	4	303,00	75,75
Totais e médias	9677	30	103	292,74	98,82

Globais

Mediação extra-competência, desde a instalação

	2007	2008	2009	2010	2011
JP Lisboa	3	2	3	16	14
JP O. Bairro	0	0	0	1	0
JP Seixal	2	1	0	3	0
JP V.N. Gaia	0	0	0	0	0
JP M. Corvo	2	0	4	3	2
JP T. Bouro	0	0	0	0	1
JP V.N. Poiares	3	0	0	2	2
JP Tarouca	0	0	0	0	1
JP S.M. Penaguião	0	0	0	0	0
JP Cantanhede	6	5	1	0	0
JP Porto	37	0	2	7	0
JP A. Beira	0	0	0	0	2
JP Trofa	0	0	0	0	0
JP Sintra	1	0	0	0	0
JP Coimbra	4	0	4	0	1
JP S.M. Feira	1	15	3	1	1
JP Odivelas		0	0	0	0
JP Palmela/Setúbal		0	42	0	8
JP Aljustrel e C. Verde		0	4	6	1
JP Proença, Sertã e V. Rei			0	1	0
JP Óbidos			0	0	0
JP Carregal do Sal			0	1	4
JP Funchal			0	0	0
JP Belmonte				1	4
JP Cascais				0	0
Totais	59	23	63	42	41

Globais

Mediações de matéria Penal, Laboral e Familiar, desde a instalação

	Penal	Laboral	Familiar
JP Lisboa	0	3	0
JP O. Bairro	7	0	1
JP Seixal	5	0	29
JP V.N. Gaia	7	0	0
JP M. Corvo	0	0	0
JP T. Bouro	0	0	0
JP V.N. Poiares	0	0	1
JP Tarouca	0	0	0
JP S.M. Penaguião	0	0	0
JP Cantanhede	0	0	2
JP Porto	355	8	127
JP A. Beira	0	0	0
JP Trofa	0	0	0
JP Sintra	Funciona no Serviço Municipal de Informações e não no Julgado de Paz		
JP Coimbra	17	3	29
JP S.M. Feira	0	2	0
JP Odivelas	0	0	0
JP Palmela/Setúbal	2	1	13
JP Aljustrel e C. Verde	0	6	2
JP Proença, Sertã e V. Rei	0	0	0
JP Óbidos	0	0	1
JP Carregal do Sal	0	0	0
JP Funchal	0	0	0
JP Belmonte	0	0	0
JP Cascais	0	0	13
Total 634	393	23	218

Globais

Processos decididos por equidade, desde a instalação

	Entrados	Total
JP Lisboa	2002: 3 processos	3
JP O. Bairro		0
JP Seixal	2004: 1 processo	1
JP V.N. Gaia		0
JP M. Corvo		0
JP T. Bouro		0
JP V.N. Poiares		0
JP Tarouca	2011: 1 processo	1
JP S.M. Penaguião		0
JP Cantanhede		0
JP Porto		0
JP A. Beira		0
JP Trofa		0
JP Sintra		0
JP Coimbra		0
JP S.M. Feira	2008: 2 , 2009: 1 , 2010: 13; 2011: 2	18
JP Odivelas		0
JP Palmela/Setúbal		0
JP Aljustrel e C. Verde		0
JP Proença, Sertã e V. Rei		0
JP Óbidos		0
JP Carregal do Sal		0
JP Funchal		0
JP Belmonte		0
JP Cascais		0
Total de Processos		23

Globais

Processos oriundos dos Tribunais Judiciais, desde a instalação

	Entrados	Total
JP Lisboa	2007: 20 processos, 2008: 4 processos	27
JP O. Bairro		0
JP Seixal	2007: 2 processos	2
JP V.N. Gaia	2007: 3 processos	11
JP M. Corvo		0
JP T. Bouro		0
JP V.N. Poiares		0
JP Tarouca	2007: 1 processo	6
JP S.M. Penaguião		5
JP Cantanhede		0
JP Porto	2007: 37 processos	138
JP A. Beira		5
JP Trofa	2007: 2 processos , 2008: 1 processos	4
JP Sintra		0
JP Coimbra	2007: 1 processo	1
JP S.M. Feira		0
JP Odivelas		0
JP Palmela/Setúbal		0
JP Aljustrel e C. Verde		0
JP Proença, Sertã e V. Rei		0
JP Óbidos		0
JP Carregal do Sal		0
JP Funchal		0
JP Belmonte		0
JP Cascais		0
Total de Processos		199

Funcionários, por Julgado de Paz

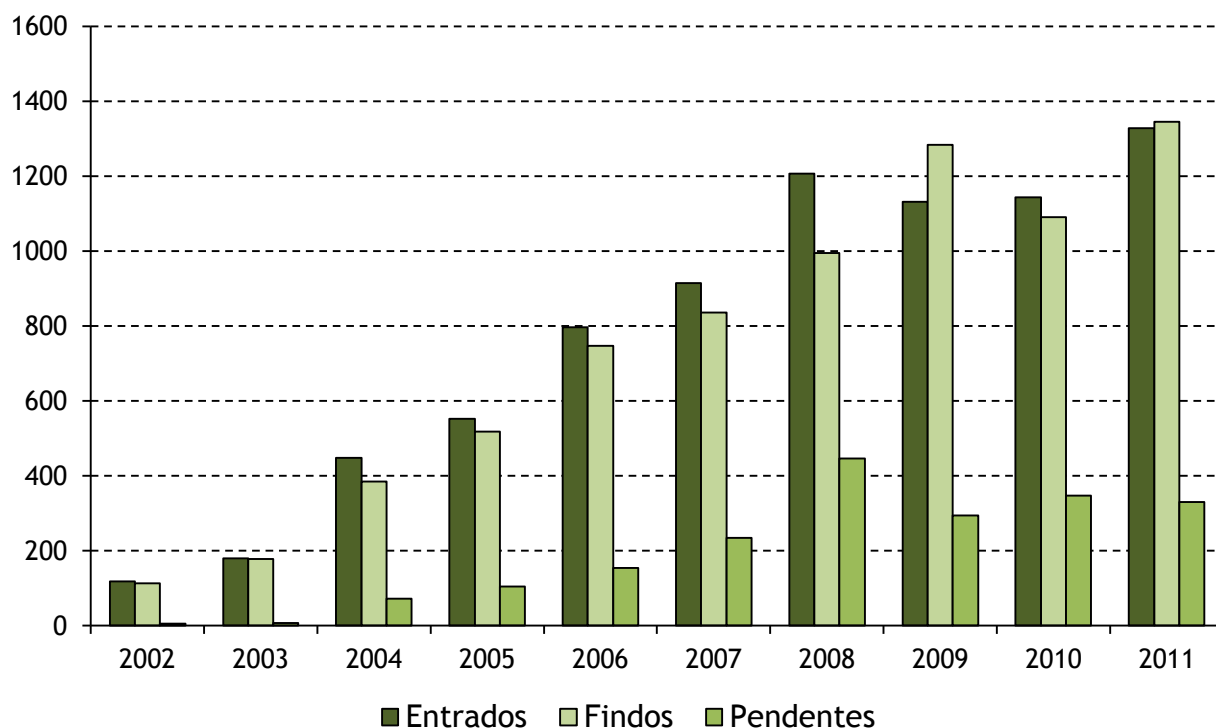
	Protocolo	Efectivos
JP Lisboa	6	14
JP Agrupamento Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada		
Oliveira do Bairro	2	2
JP Seixal	4	4
JP Vila Nova de Gaia	28	5
JP Miranda do Corvo	2	1
JP Terras de Bouro	3	2
JP Vila Nova de Poiares	3	2
JP Agrupamento Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende		
Tarouca	5	4
JP Agrupamento Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real		
Santa Marta de Penaguião	7	7
JP Agrupamento Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho		
Cantanhede	6	5
JP Porto	6	7
JP Agrupamento Aguiar da Beira, Penalva do Castelo, Sátão, Trancoso e Vila Nova de Paiva		
Aguiar da Beira	8	6
Trancoso		
(Reorganização) Vila Nova de Paiva		
JP Trofa	2	2
JP Sintra	6	5
JP Coimbra	5	3
JP Santa Maria da Feira	3	3
JP Odivelas	7	5
JP Palmela/Setúbal		
Setúbal	5	6
Palmela		
JP Agrupamento Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Mértola e Ourique		
Castro Verde	4	2
Aljustrel		
JP Agrupamento Oleiros, Mação, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei		
Vila de Rei	6	6
Sertã		
Proença-a-Nova		
JP Agrupamento Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos e Nazaré		
Óbidos	2	2
JP Agrupamento Carregal do Sal, Mangualde e Nelas		
Carregal do Sal	2	3
JP Agrupamento Câmara de Lobos e Funchal		
Funchal	4	4
JP Agrupamento Belmonte, Covilhã e Fundão		
Belmonte	2	2
JP Cascais	7	4

Julgado de Paz de Lisboa

Data de Instalação: 21-01-2002

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2002	119		113		6	
2003	181	52,10%	179	58,41%	8	33,33%
2004	449	148,07%	385	115,08%	72	800,00%
2005	552	22,94%	519	34,81%	105	45,83%
2006	798	44,57%	748	44,12%	155	47,62%
2007	916	14,79%	836	11,76%	235	51,61%
2008	1208	31,88%	996	19,14%	447	90,21%
2009	1132	-6,29%	1284	28,92%	295	-34,00%
2010	1145	1,15%	1092	-14,95%	348	17,97%
2011	1328	15,98%	1346	23,26%	330	-5,17%
Totais	7828		7498		330	



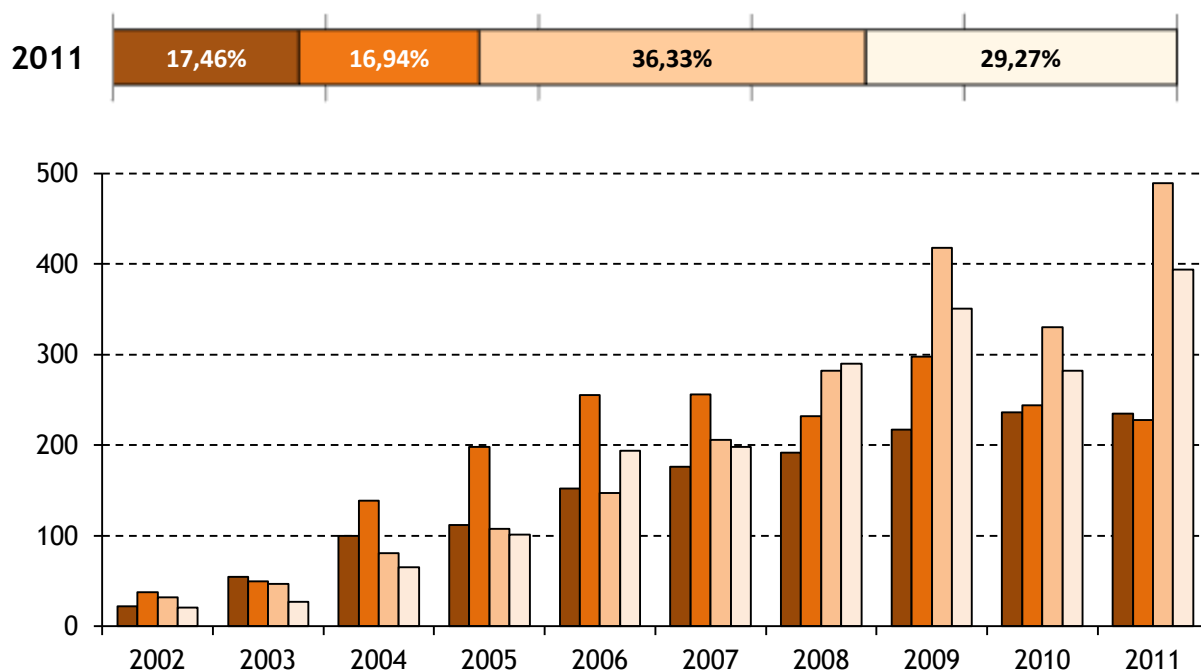
Julgado de Paz de Lisboa

Data de Instalação: 21-01-2002

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2002	22	38	32	21	113	
2003	55	50	47	27	179	58,41%
2004	100	139	81	65	385	115,08%
2005	112	198	108	101	519	34,81%
2006	152	255	147	194	748	44,12%
2007	176	256	206	198	836	11,76%
2008	192	232	282	290	996	19,14%
2009	217	298	418	351	1284	28,92%
2010	236	244	330	282	1092	-14,95%
2011	235	228	489	394	1346	23,26%
Total	1497 (20 %)	1938 (25,8 %)	2140 (28,5 %)	1923 (25,6 %)	7498	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Lisboa

Data de Instalação: 21-01-2002

Recusas de mediação

	Por ambas as partes	Por uma das partes
2009	25,51%	11,14%
2010	15,16%	10,36%
2011	18,83%	3,61%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	99	1,26%	8	15	14	23
decisões	21	21,21%				
provido	8	8,08%				
não provido	7	7,07%		3	4	
parcial	5	5,05%			1	
desconhecidos	58	58,59%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	19,28%	16,90%	21,61%	17,46%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz				
	44,90%	21,44%	27,66%	23,50%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	23,29%	23,21%	22,34%	16,94%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz				
	18,98%	27,93%	26,84%	21,33%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	2
Funcionários	14
Protocolo	6
Mediadores	36

Duração Média (dias)

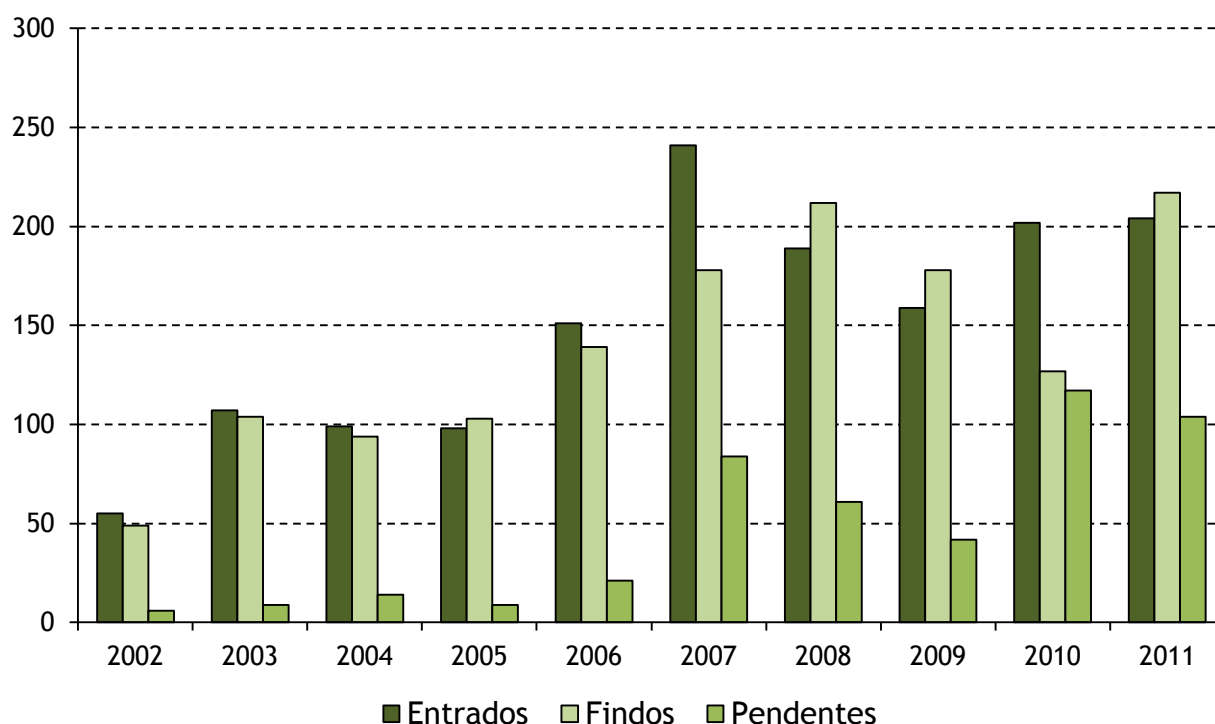
83			2011
2010	2009	2008	
80	79	64	

Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada

Data de Instalação: 21-01-2002

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2002	55		49		6	
2003	107	94,55%	104	112,24%	9	50,00%
2004	99	-7,48%	94	-9,62%	14	55,56%
2005	98	-1,01%	103	9,57%	9	-35,71%
2006	151	54,08%	139	34,95%	21	133,33%
2007	241	59,60%	178	28,06%	84	300,00%
2008	189	-21,58%	212	19,10%	61	-27,38%
2009	159	-15,87%	178	-16,04%	42	-31,15%
2010	202	27,04%	127	-28,65%	117	178,57%
2011	204	0,99%	217	70,87%	104	-11,11%
Totais	1505		1401		104	



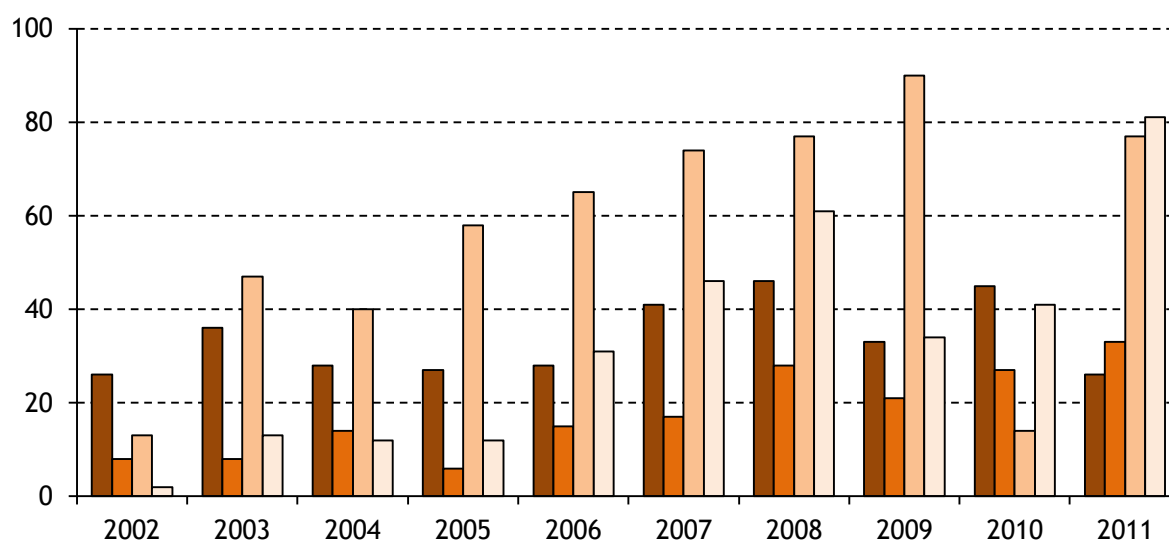
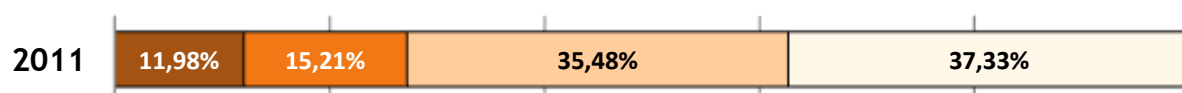
Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada

Data de Instalação: 21-01-2002

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2002	26	8	13	2	49	
2003	36	8	47	13	104	112,24%
2004	28	14	40	12	94	-9,62%
2005	27	6	58	12	103	9,57%
2006	28	15	65	31	139	34,95%
2007	41	17	74	46	178	28,06%
2008	46	28	77	61	212	19,10%
2009	33	21	90	34	178	-16,04%
2010	45	27	14	41	127	-28,65%
2011	26	33	77	81	217	70,87%
Total	336 (24 %)	177 (12,6 %)	555 (39,6 %)	333 (23,8 %)	1401	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada

Data de Instalação: 21-01-2002

Recusas de mediação

2009	17,51%
2010	12,87%
2011	7,84%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	9	0,60%		2		1
desertos		0,00%				
provido	1	11,11%		1		
não provido	3	33,33%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	5	55,56%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	21,70%	18,54%	35,43%	11,98%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	70,00%	22,00%	44,55%	13,27%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	13,21%	11,80%	21,26%	15,21%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	15,00%	13,37%	25,00%	33,33%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	2
Protocolo	2
Mediadores	22

Duração Média (dias)

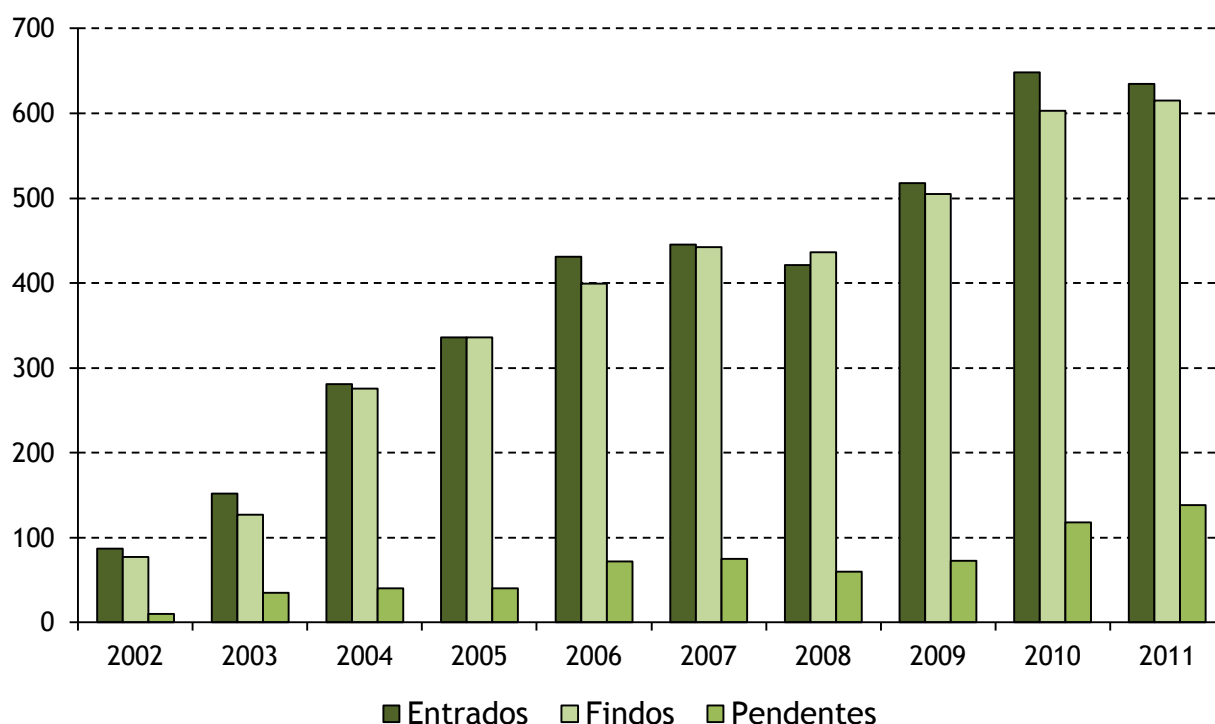
96		2011
2010	2009	2008
76	74	62

Julgado de Paz do Seixal

Data de Instalação: 01-02-2002

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2002	87		77		10	
2003	152	74,71%	127	64,94%	35	250,00%
2004	281	84,87%	276	117,32%	40	14,29%
2005	336	19,57%	336	21,74%	40	0,00%
2006	431	28,27%	399	18,75%	72	80,00%
2007	445	3,25%	442	10,78%	75	4,17%
2008	421	-5,39%	436	-1,36%	60	-20,00%
2009	518	23,04%	505	15,83%	73	21,67%
2010	648	25,10%	603	19,41%	118	61,64%
2011	635	-2,01%	615	1,99%	138	16,95%
Totais	3954		3816		138	



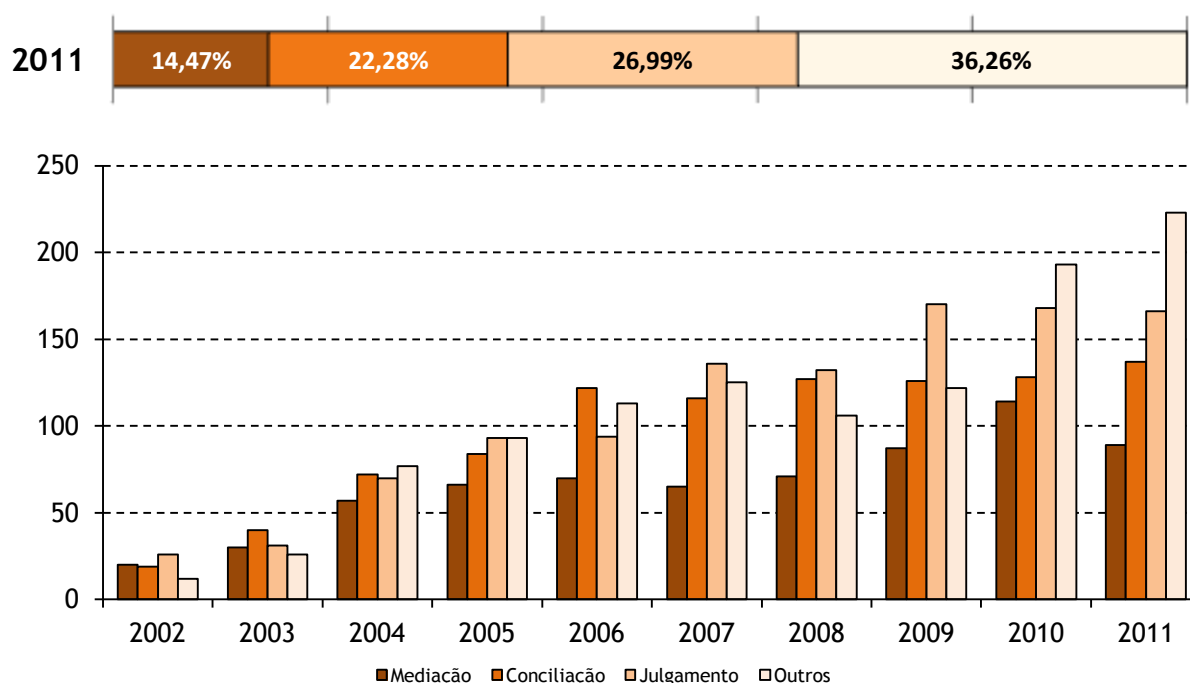
Julgado de Paz do Seixal

Data de Instalação: 01-02-2002

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2002	20	19	26	12	77	
2003	30	40	31	26	127	64,94%
2004	57	72	70	77	276	117,32%
2005	66	84	93	93	336	21,74%
2006	70	122	94	113	399	18,75%
2007	65	116	136	125	442	10,78%
2008	71	127	132	106	436	-1,36%
2009	87	126	170	122	505	15,83%
2010	114	128	168	193	603	19,41%
2011	89	137	166	223	615	
Total	669 (17,5 %)	971 (25,4 %)	1086 (28,5 %)	1090 (28,6 %)	3816	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz do Seixal

Data de Instalação: 01-02-2002

Recusas de mediação

2009	67,00%
2010	62,03%
2011	59,69%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	20	0,51%	2	2	3	1
desertos		0,00%				
provido	1	5,00%				
não provido	18	90,00%				
parcial	1	5,00%				
desconhecidos	0	0,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	16,28%	17,23%	18,91%	14,47%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz				
	81,00%	45,00%	50,00%	34,78%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	29,13%	24,95%	21,23%	22,28%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz				
	81,00%	48,00%	50,00%	27,07%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	2
Funcionários	4
Protocolo	4
Mediadores	30

Duração Média (dias)

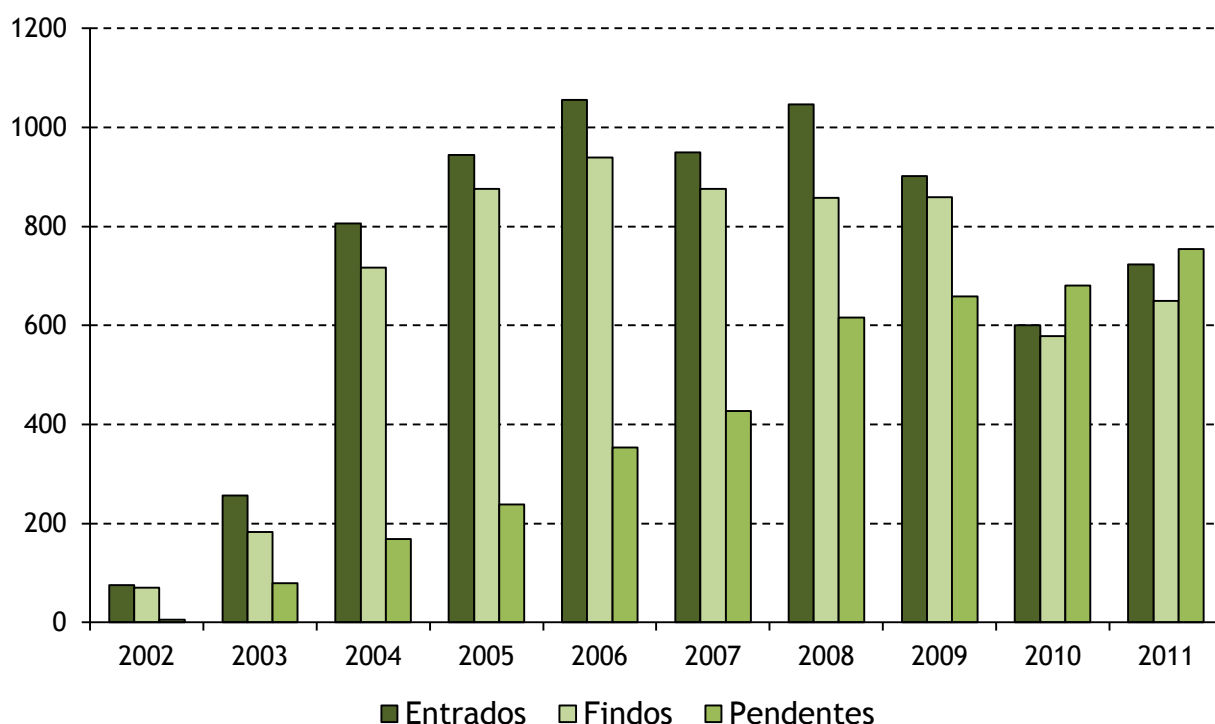
48		2011
2010	2009	2008
47	49	49

Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de Instalação: 27-02-2002

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2002	76		70		6	
2003	257	238,16%	183	161,43%	80	1233,33%
2004	806	213,62%	717	291,80%	169	111,25%
2005	945	17,25%	876	22,18%	238	40,83%
2006	1055	11,64%	939	7,19%	354	48,74%
2007	949	-10,05%	876	-6,71%	427	20,62%
2008	1047	10,33%	858	-2,05%	616	44,26%
2009	902	-13,85%	859	0,12%	659	6,98%
2010	600	-33,48%	578	-32,71%	681	3,34%
2011	723	20,50%	649	12,28%	755	10,87%
Totais	7360		6605		755	



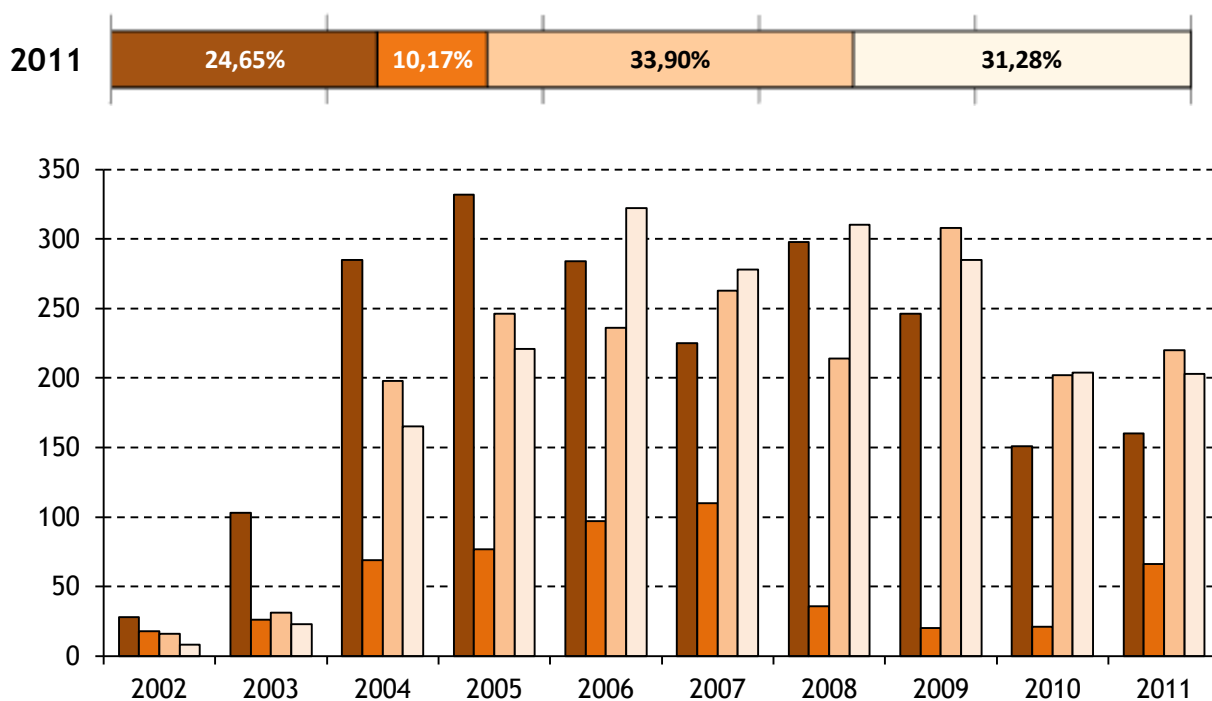
Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de Instalação: 27-02-2002

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2002	28	18	16	8	70	
2003	103	26	31	23	183	161,43%
2004	285	69	198	165	717	291,80%
2005	332	77	246	221	876	22,18%
2006	284	97	236	322	939	7,19%
2007	225	110	263	278	876	-6,71%
2008	298	36	214	310	858	-2,05%
2009	246	20	308	285	859	0,12%
2010	151	21	202	204	578	-32,71%
2011	160	66	220	203	649	
Total	2112 (32 %)	540 (8,2 %)	1934 (29,3 %)	2019 (30,6 %)	6605	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de Instalação: 27-02-2002

Recusas de mediação

2009	8,98%
2010	7,27%
2011	9,70%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	43	0,58%	5	9	2	
desertos		0,00%		2		
provido	4	9,30%				
não provido	13	30,23%	5	2		
parcial	2	4,65%	1			
desconhecidos	24	55,81%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	34,73%	28,64%	26,12%	24,65%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz				
	30,53%	20,10%	63,44%	27,38%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	4,20%	2,33%	3,63%	10,17%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz				
	31,85%	9,52%	24,13%	17,24%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	2
Funcionários	2
Protocolo	5
Mediadores	28

Duração Média (dias)

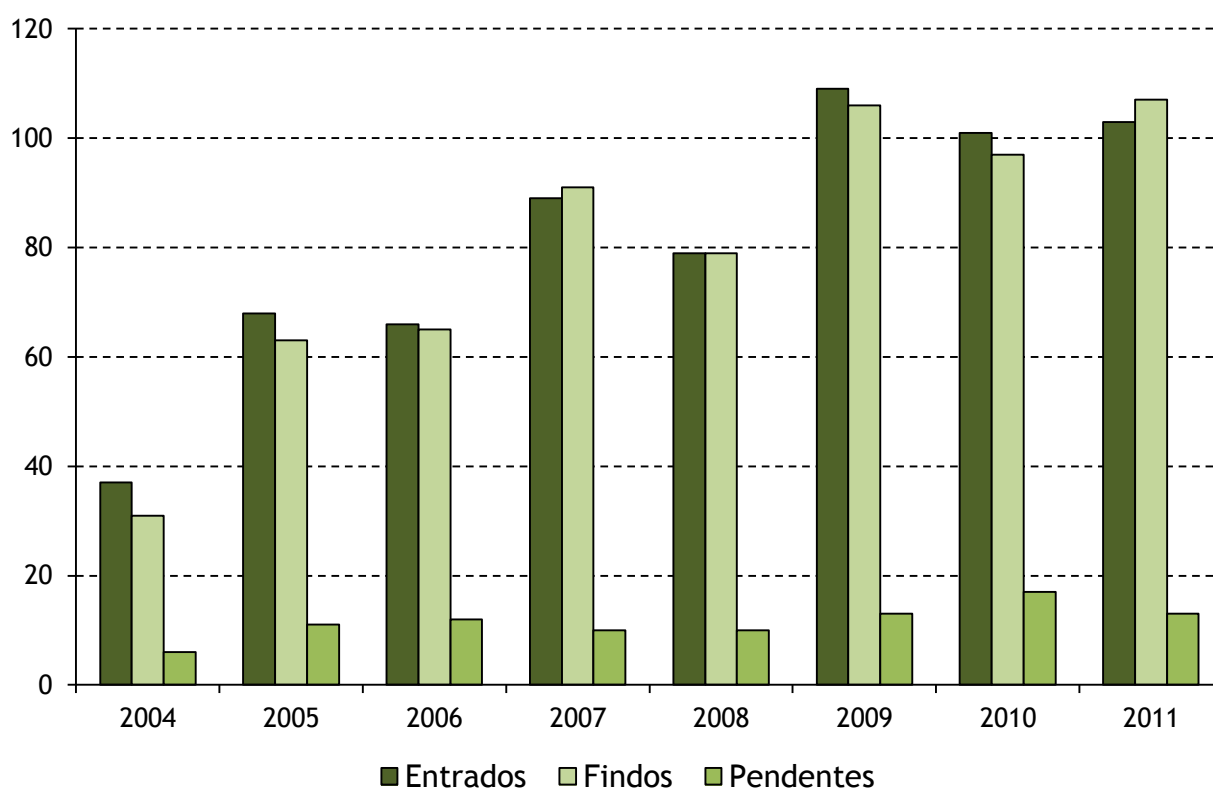
161			2011
2010	2009	2008	
150	100	100	

Julgado de Paz de Miranda do Corvo

Data de Instalação: 01-03-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	37		31		6	
2005	68	83,78%	63	103,23%	11	83,33%
2006	66	-2,94%	65	3,17%	12	9,09%
2007	89	34,85%	91	40,00%	10	-16,67%
2008	79	-11,24%	79	-13,19%	10	0,00%
2009	109	37,97%	106	34,18%	13	30,00%
2010	101	-7,34%	97	-8,49%	17	30,77%
2011	103	1,98%	107	10,31%	13	-23,53%
Totais	652		639		13	



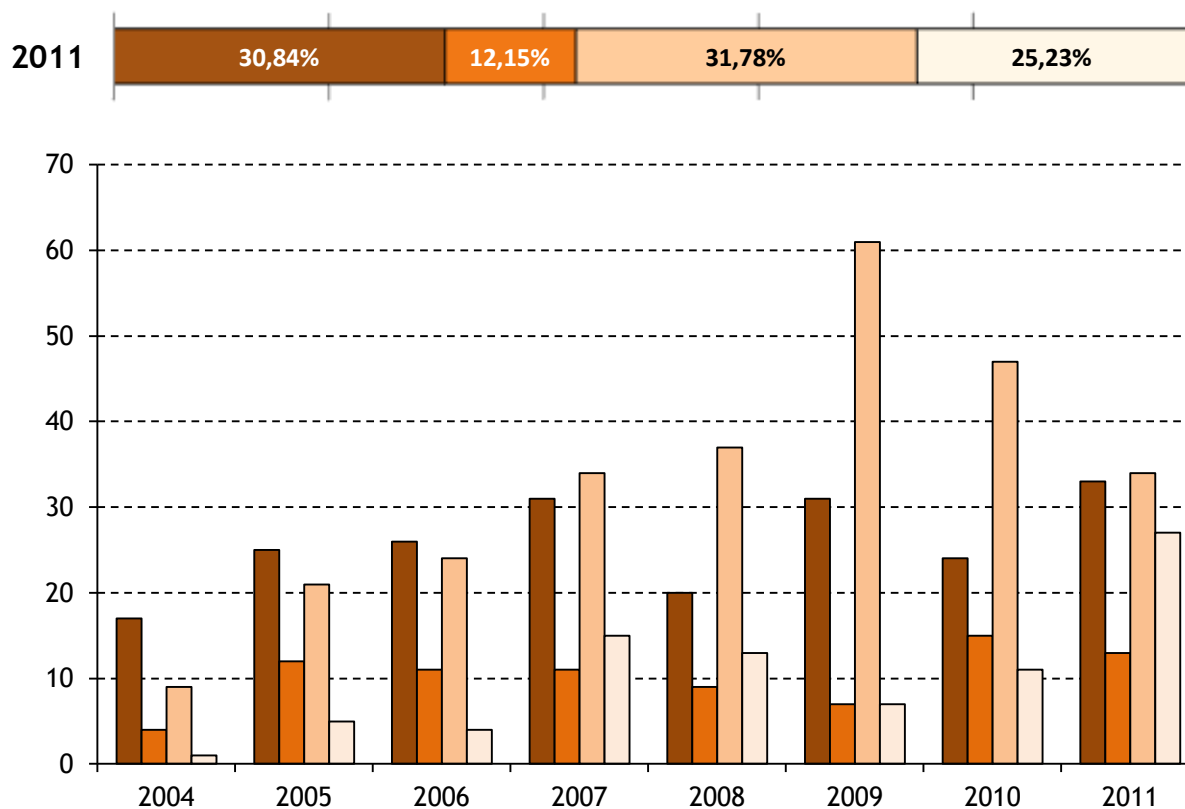
Julgado de Paz de Miranda do Corvo

Data de Instalação: 01-03-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	17	4	9	1	31	
2005	25	12	21	5	63	103,23%
2006	26	11	24	4	65	3,17%
2007	31	11	34	15	91	40,00%
2008	20	9	37	13	79	-13,19%
2009	31	7	61	7	106	34,18%
2010	24	15	47	11	97	-8,49%
2011	33	13	34	27	107	
Total	207 (32,4 %)	82 (12,8 %)	267 (41,8 %)	83 (13 %)	639	

■ Mediação
 ■ Conciliação
 ■ Julgamento
 ■ Outros



Julgado de Paz de Miranda do Corvo

Data de Instalação: 01-03-2004

Recusas de mediação

2009	3,67%
2010	10,89%
2011	22,33%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	2	0,31%		1		
desertos	1	50,00%				
provido		0,00%				
não provido		0,00%				
parcial	1	50,00%				
desconhecidos	0	0,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	25,32%	29,25%	24,74%	30,84%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz				
	44,70%	38,75%	31,58%	40,24%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	11,39%	6,60%	15,46%	12,15%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz				
	44,00%	11,48%	31,91%	20,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	1
Protocolo	2
Mediadores	20

Duração Média (dias)

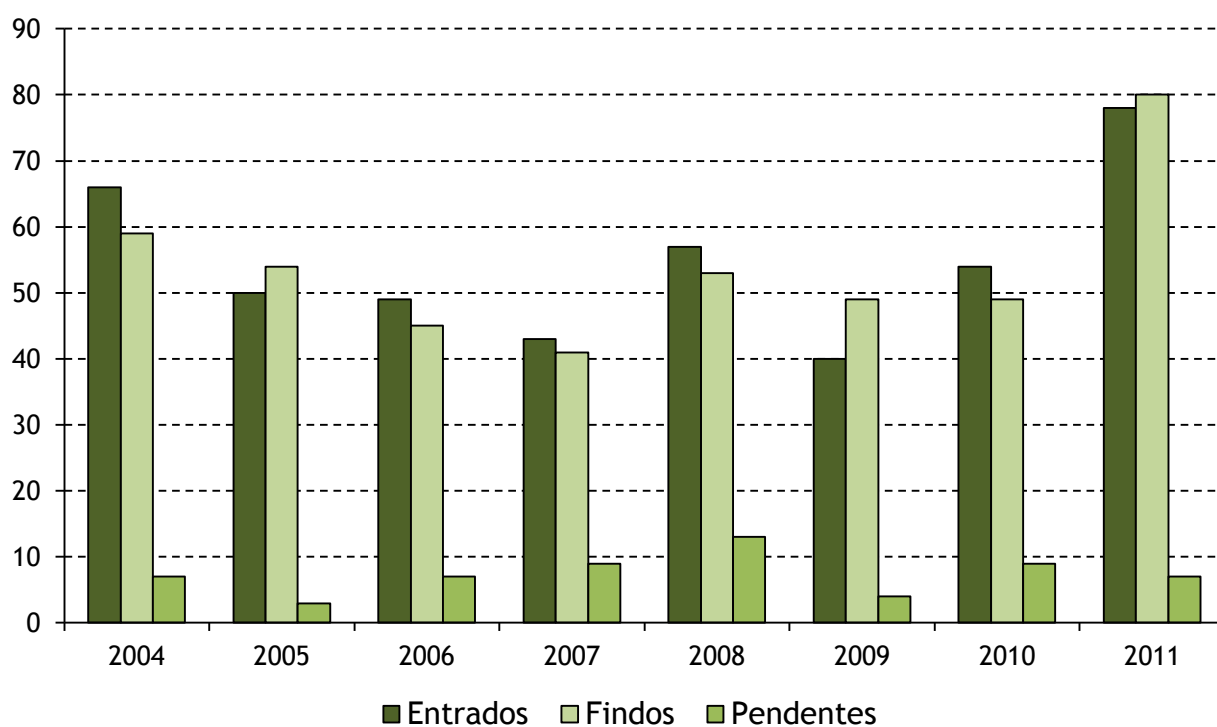
45			2011
2010	2009	2008	
44	44	41	

Julgado de Paz de Terras de Bouro

Data de Instalação: 01-03-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	66		59		7	
2005	50	-24,24%	54	-8,47%	3	-57,14%
2006	49	-2,00%	45	-16,67%	7	133,33%
2007	43	-12,24%	41	-8,89%	9	28,57%
2008	57	32,56%	53	29,27%	13	44,44%
2009	40	-29,82%	49	-7,55%	4	-69,23%
2010	54	35,00%	49	0,00%	9	125,00%
2011	78	44,44%	80	63,27%	7	-22,22%
Totais	437		430		7	



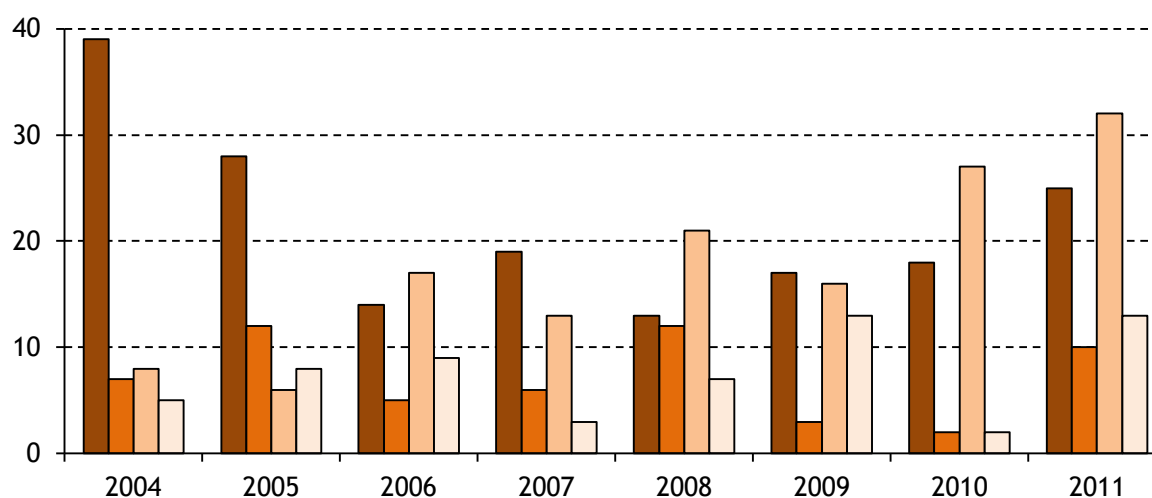
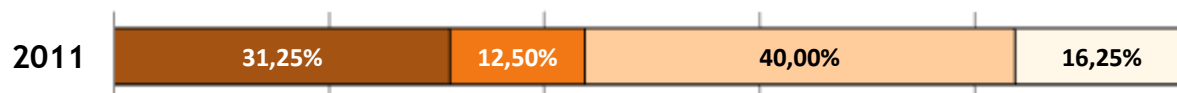
Julgado de Paz de Terras de Bouro

Data de Instalação: 01-03-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	39	7	8	5	59	
2005	28	12	6	8	54	-8,47%
2006	14	5	17	9	45	-16,67%
2007	19	6	13	3	41	-8,89%
2008	13	12	21	7	53	29,27%
2009	17	3	16	13	49	-7,55%
2010	18	2	27	2	49	0,00%
2011	25	10	32	13	80	
Total	173 (40,2 %)	57 (13,3 %)	140 (32,6 %)	60 (14 %)	430	

■ Mediação
 ■ Conciliação
 ■ Julgamento
 ■ Outros



Julgado de Paz de Terras de Bouro

Data de Instalação: 01-03-2004

Recusas de mediação

2009	40,00%
2010	49,00%
2011	37,18%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	0	0,00%				
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	0					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	24,53%	34,69%	36,73%	31,25%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz				
	34,00%	51,50%	72,00%	48,00%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	22,64%	6,12%	4,08%	12,50%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz				
	9,50%	18,75%	28,60%	10,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	2
Protocolo	3
Mediadores	15

Duração Média (dias)

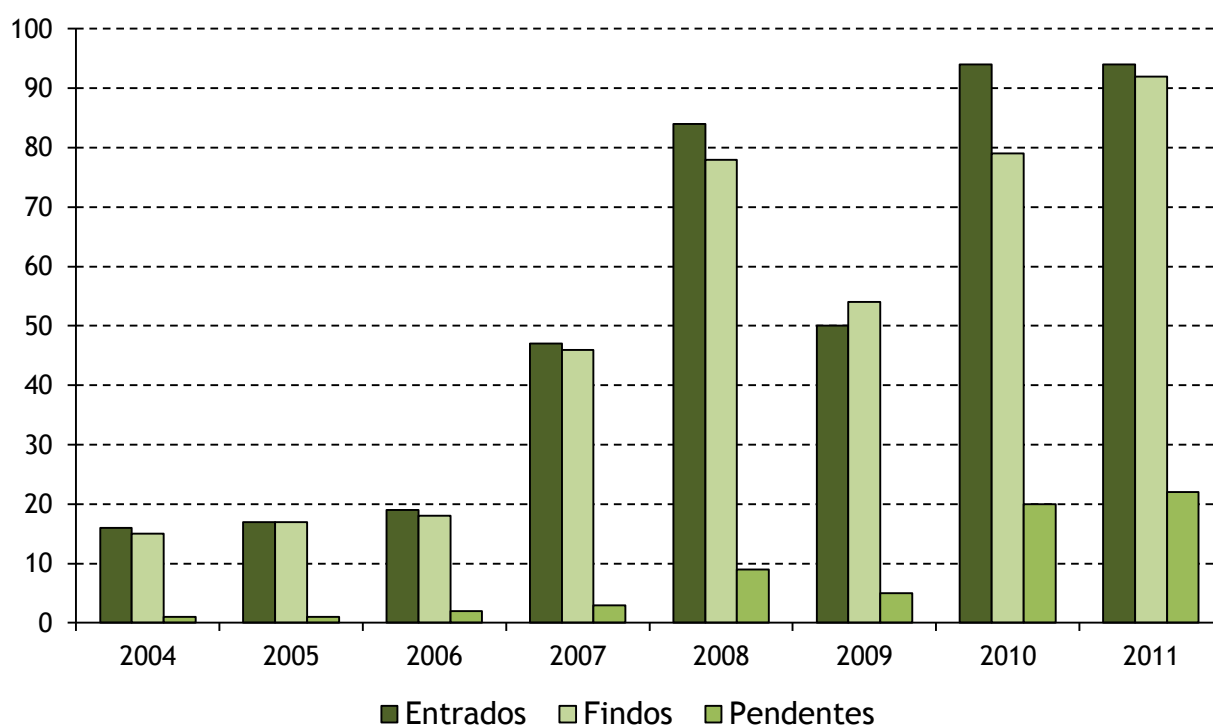
51		2011
2010	2009	2008
51	49	54

Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares

Data de Instalação: 01-03-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	16		15		1	
2005	17	6,25%	17	13,33%	1	0,00%
2006	19	11,76%	18	5,88%	2	100,00%
2007	47	147,37%	46	155,56%	3	50,00%
2008	84	78,72%	78	69,57%	9	200,00%
2009	50	-40,48%	54	-30,77%	5	-44,44%
2010	94	88,00%	79	46,30%	20	300,00%
2011	94	0,00%	92	16,46%	22	10,00%
Totais	421		399		22	



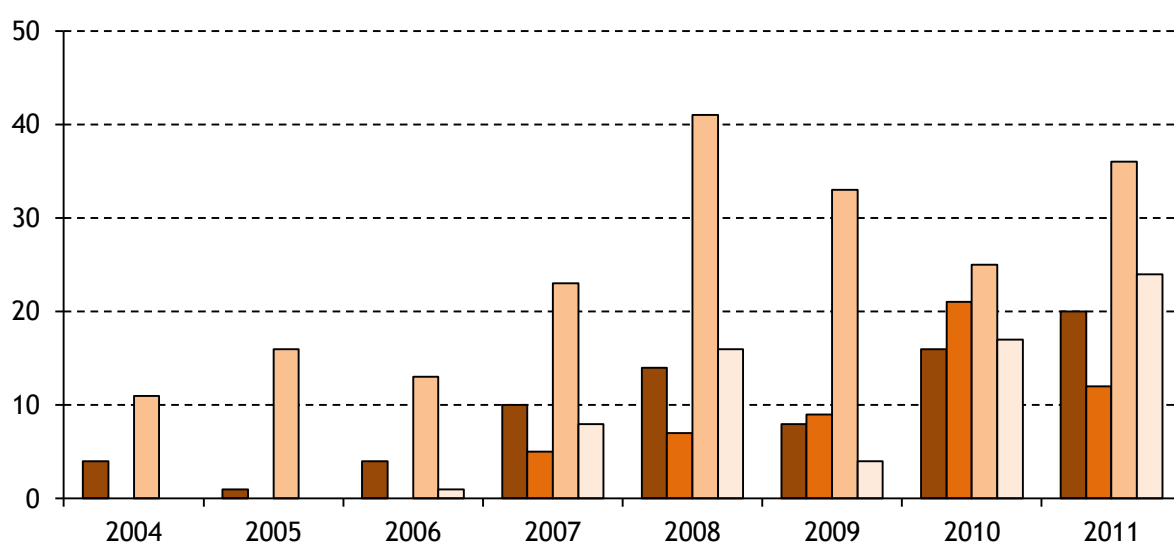
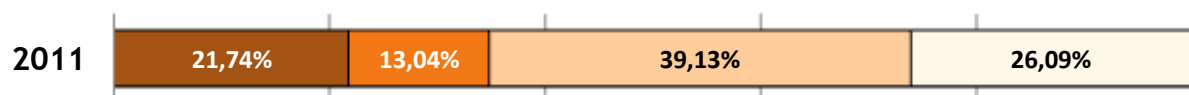
Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares

Data de Instalação: 01-03-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	4	0	11	0	15	
2005	1	0	16	0	17	13,33%
2006	4	0	13	1	18	5,88%
2007	10	5	23	8	46	155,56%
2008	14	7	41	16	78	69,57%
2009	8	9	33	4	54	-30,77%
2010	16	21	25	17	79	46,30%
2011	20	12	36	24	92	16,46%
Total	77 (19,3 %)	54 (13,5 %)	198 (49,6 %)	70 (17,5 %)	399	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares

Data de Instalação: 01-03-2004

Recusas de mediação

2009	35,10%
2010	29,79%
2011	55,32%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	2	0,48%	1			1
desertos		0,00%				
provido	1	50,00%				
não provido		0,00%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	1	50,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	17,95%	14,81%	20,25%	21,74%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz				
	26,42%	30,80%	24,19%	42,55%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	8,97%	16,67%	26,58%	13,04%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz				
	15,56%	33,30%	84,00%	17,78%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	2
Protocolo	3
Mediadores	20

Duração Média (dias)

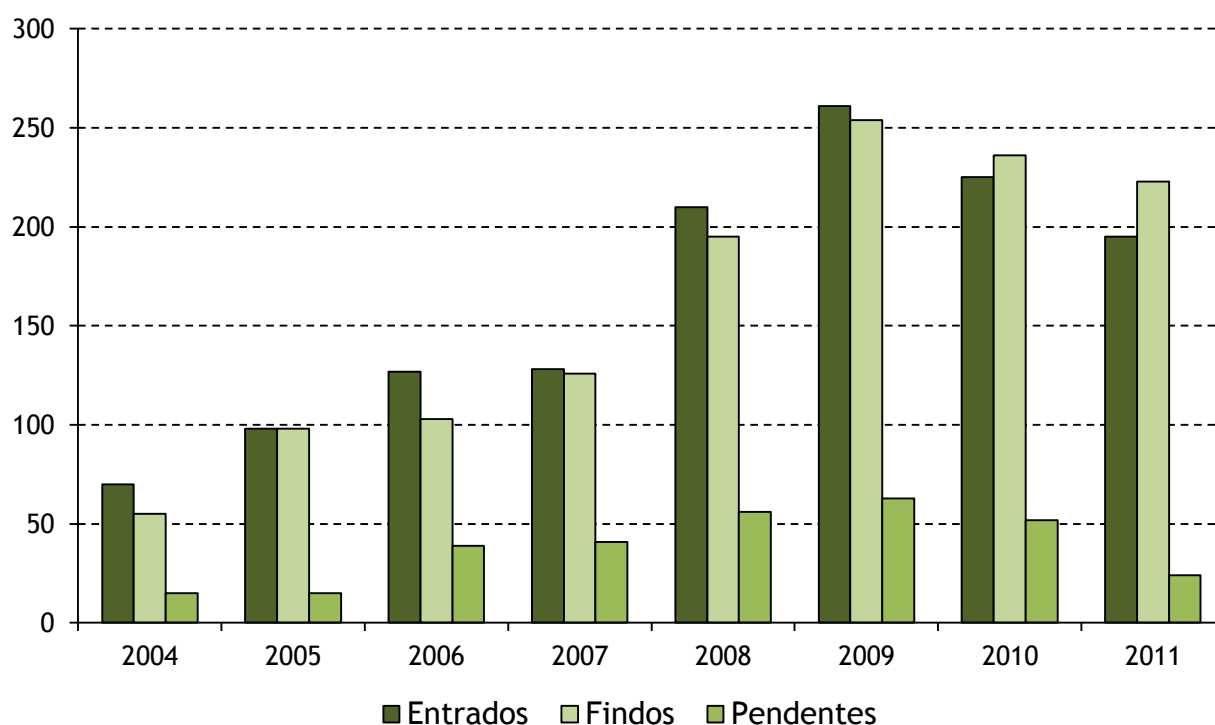
45			2011
2010	2009	2008	
45	45	46	

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende

Data de Instalação: 08-03-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	70		55		15	
2005	98	40,00%	98	78,18%	15	0,00%
2006	127	29,59%	103	5,10%	39	160,00%
2007	128	0,79%	126	22,33%	41	5,13%
2008	210	64,06%	195	54,76%	56	36,59%
2009	261	24,29%	254	30,26%	63	12,50%
2010	225	-13,79%	236	-7,09%	52	-17,46%
2011	195	-13,33%	223	-5,51%	24	-53,85%
Totais	1314		1290		24	



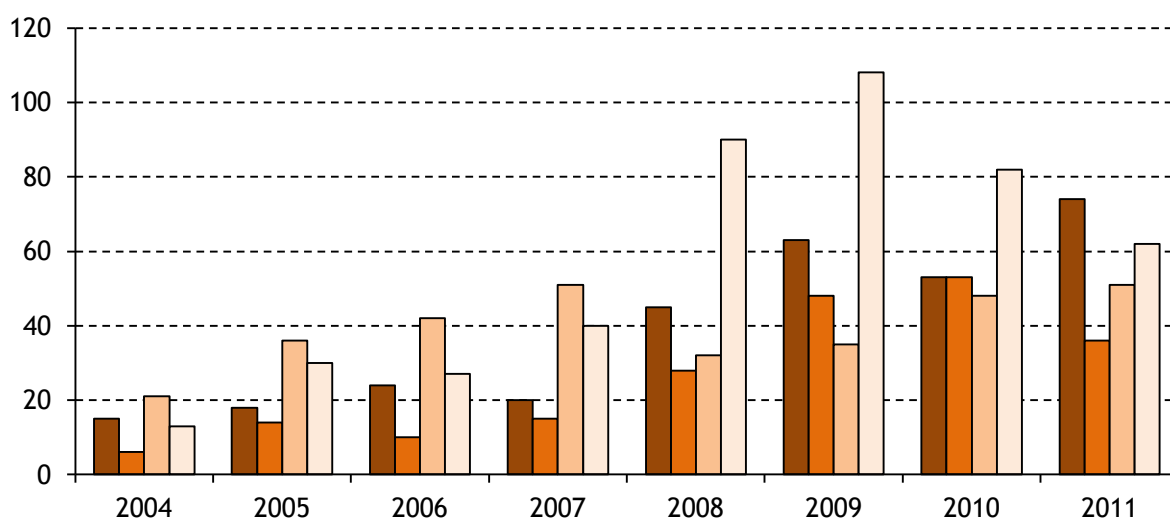
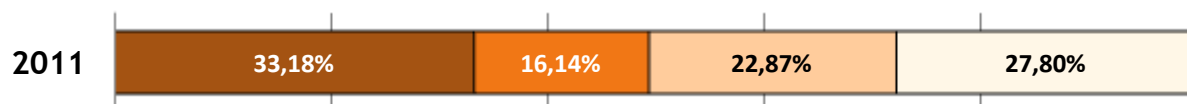
Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende

Data de Instalação: 08-03-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	15	6	21	13	55	
2005	18	14	36	30	98	78,18%
2006	24	10	42	27	103	5,10%
2007	20	15	51	40	126	22,33%
2008	45	28	32	90	195	54,76%
2009	63	48	35	108	254	30,26%
2010	53	53	48	82	236	-7,09%
2011	74	36	51	62	223	
Total	312 (24,2 %)	210 (16,3 %)	316 (24,5 %)	452 (35 %)	1290	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende

Data de Instalação: 08-03-2004

Recusas de mediação

2009	16,64%
2010	20,40%
2011	9,23%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	45	3,42%	7	9	11	5
desertos	3	6,67%				
provido	15	33,33%	2		5	2
não provido	10	22,22%		5	2	2
parcial	5	11,11%	1	1	2	2
desconhecidos	12	26,67%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	23,08%	24,80%	22,46%	33,18%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	26,32%	28,90%	29,61%	37,76%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	14,36%	18,90%	22,46%	16,14%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	16,37%	22,09%	29,61%	22,22%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	4
Protocolo	5
Mediadores	25

Duração Média (dias)

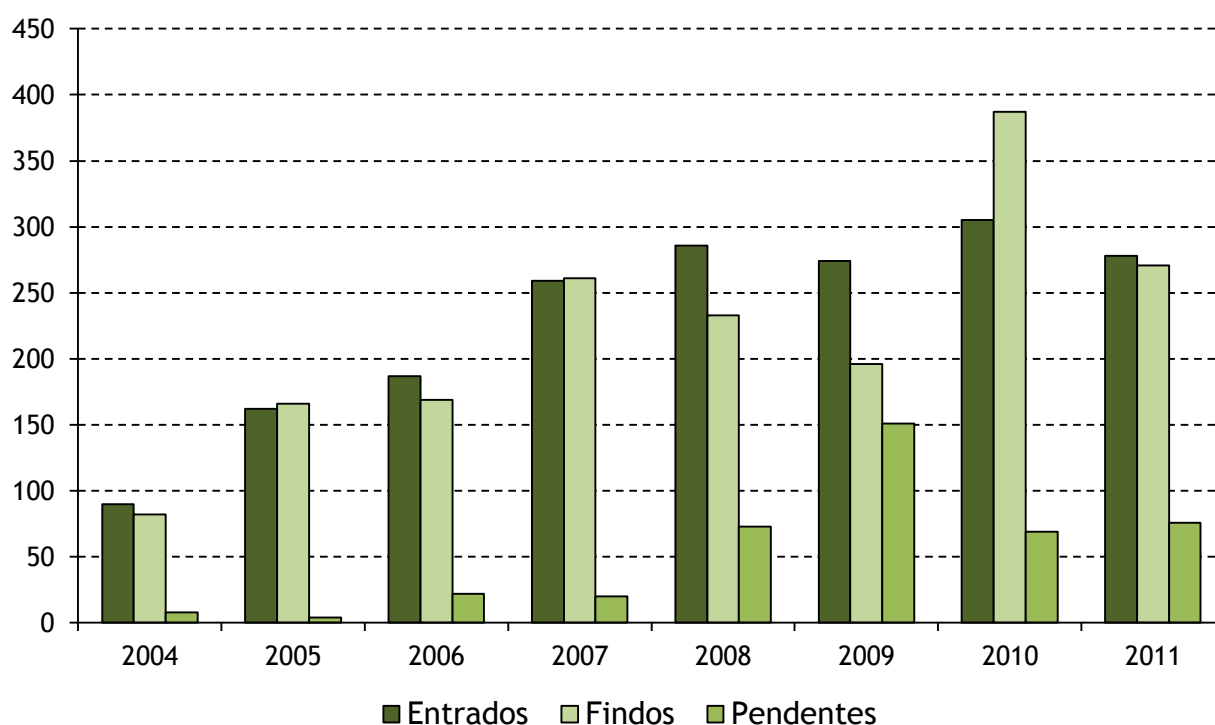
76		2011
2010	2009	2008
74	41	108

Julgado de Paz de Agrupamento de concelhos de Santa Marta de Penaguião,
Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real

Data de Instalação: 22-03-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	90		82		8	
2005	162	80,00%	166	102,44%	4	-50,00%
2006	187	15,43%	169	1,81%	22	450,00%
2007	259	38,50%	261	54,44%	20	-9,09%
2008	286	10,42%	233	-10,73%	73	265,00%
2009	274	-4,20%	196	-15,88%	151	106,85%
2010	305	11,31%	387	97,45%	69	-54,30%
2011	278	-8,85%	271	-29,97%	76	10,14%
Totais	1841		1765		76	



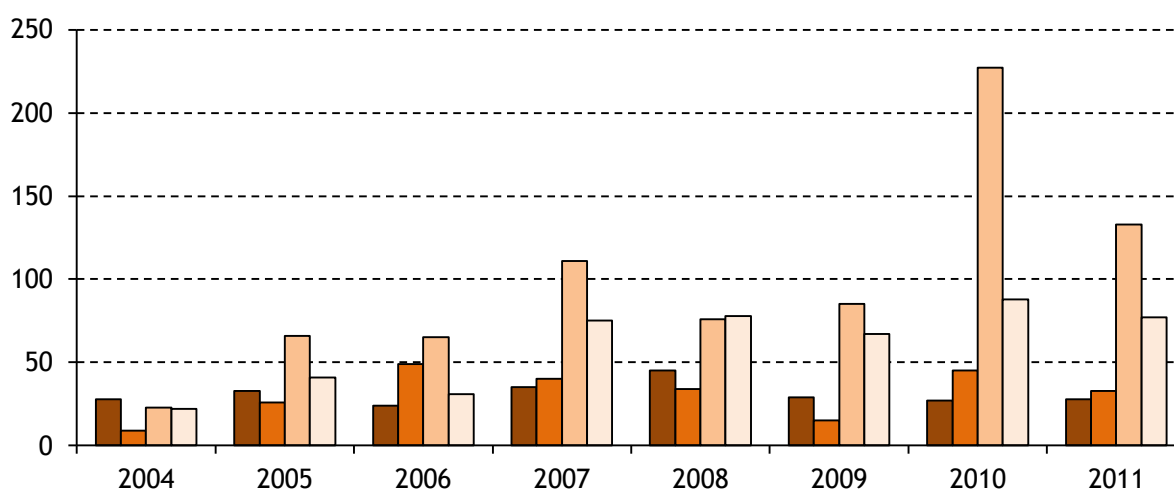
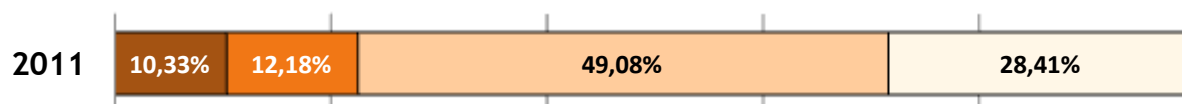
Julgado de Paz de Agrupamento de concelhos de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real

Data de Instalação: 22-03-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	28	9	23	22	82	
2005	33	26	66	41	166	102,44%
2006	24	49	65	31	169	1,81%
2007	35	40	111	75	261	54,44%
2008	45	34	76	78	233	-10,73%
2009	29	15	85	67	196	-15,88%
2010	27	45	227	88	387	97,45%
2011	28	33	133	77	271	
Total	249 (14,1 %)	251 (14,2 %)	786 (44,5 %)	479 (27,1 %)	1765	

■ Mediação
 ■ Conciliação
 ■ Julgamento
 ■ Outros



Julgado de Paz de Agrupamento de concelhos de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real

Data de Instalação: 22-03-2004

Recusas de mediação

2009	51,91%
2010	44,00%
2011	48,92%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	15	0,81%		1	4	
desertos		0,00%				
provido	4	26,67%				
não provido	8	53,33%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	3	20,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	19,31%	14,80%	6,98%	10,33%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	28,30%	20,42%	96,00%	19,05%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	14,59%	7,65%	11,63%	12,18%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	34,35%	33,33%	98,00%	12,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	7
Protocolo	7
Mediadores	

Duração Média (dias)

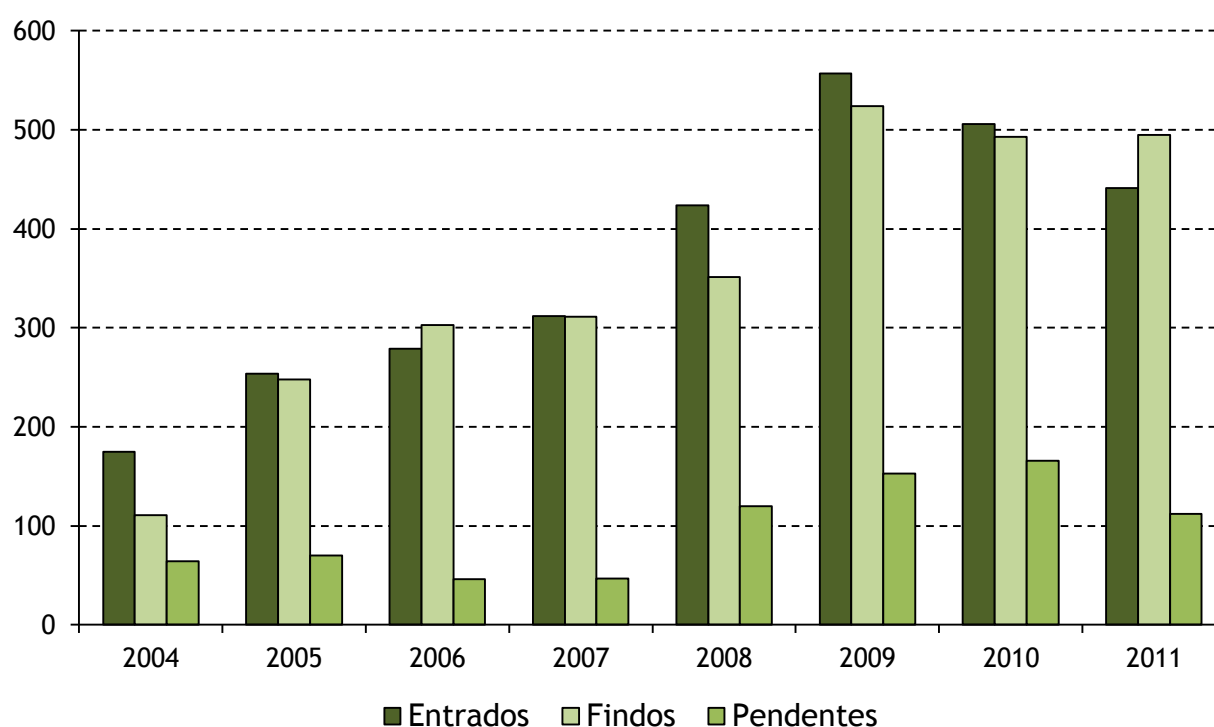
78		2011
2010	2009	2008
72	59	46

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho

Data de Instalação: 05-04-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	175		111		64	
2005	254	45,14%	248	123,42%	70	9,38%
2006	279	9,84%	303	22,18%	46	-34,29%
2007	312	11,83%	311	2,64%	47	2,17%
2008	424	35,90%	351	12,86%	120	155,32%
2009	557	31,37%	524	49,29%	153	27,50%
2010	506	-9,16%	493	-5,92%	166	8,50%
2011	441	-12,85%	495	0,41%	112	-32,53%
Totais	2948		2836		112	



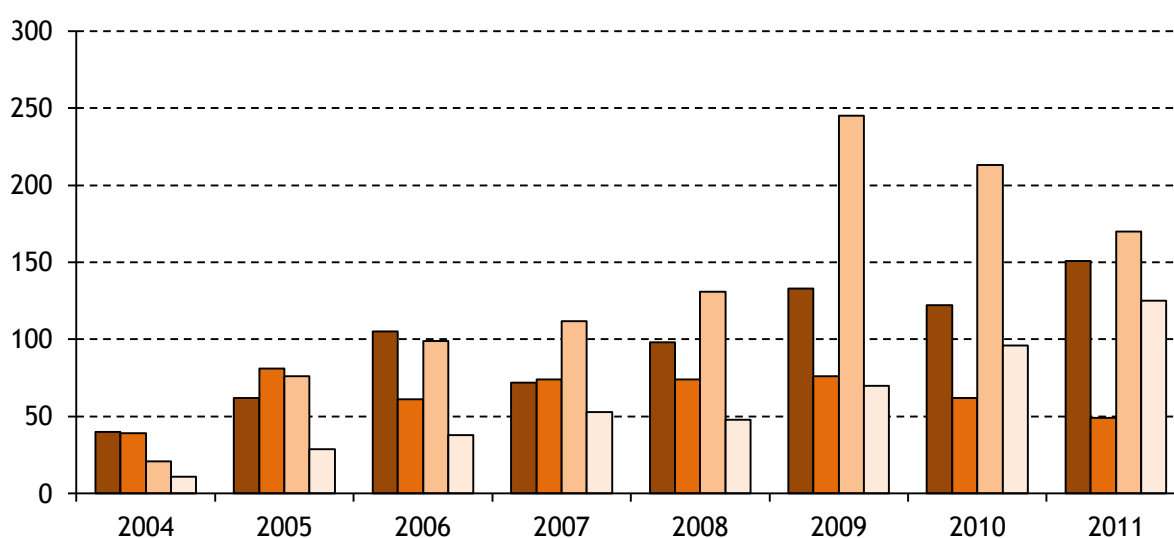
Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho

Data de Instalação: 05-04-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	40	39	21	11	111	
2005	62	81	76	29	248	123,42%
2006	105	61	99	38	303	22,18%
2007	72	74	112	53	311	2,64%
2008	98	74	131	48	351	12,86%
2009	133	76	245	70	524	49,29%
2010	122	62	213	96	493	-5,92%
2011	151	49	170	125	495	
Total	783 (27,6 %)	516 (18,2 %)	1067 (37,6 %)	470 (16,6 %)	2836	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho

Data de Instalação: 05-04-2004

Recusas de mediação

2009	29,08%
2010	34,10%
2011	6,35%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	20	0,68%	1	3	6	4
desertos		0,00%				
provido	2	10,00%	1		1	
não provido	2	10,00%		2	2	
parcial		0,00%				
desconhecidos	16	80,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	27,92%	25,38%	24,75%	30,51%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	44,34%	28,23%	31,77%	33,83%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	21,08%	14,50%	12,58%	9,90%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	36,45%	17,92%	16,14%	28,57%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	5
Protocolo	6
Mediadores	21

Duração Média (dias)

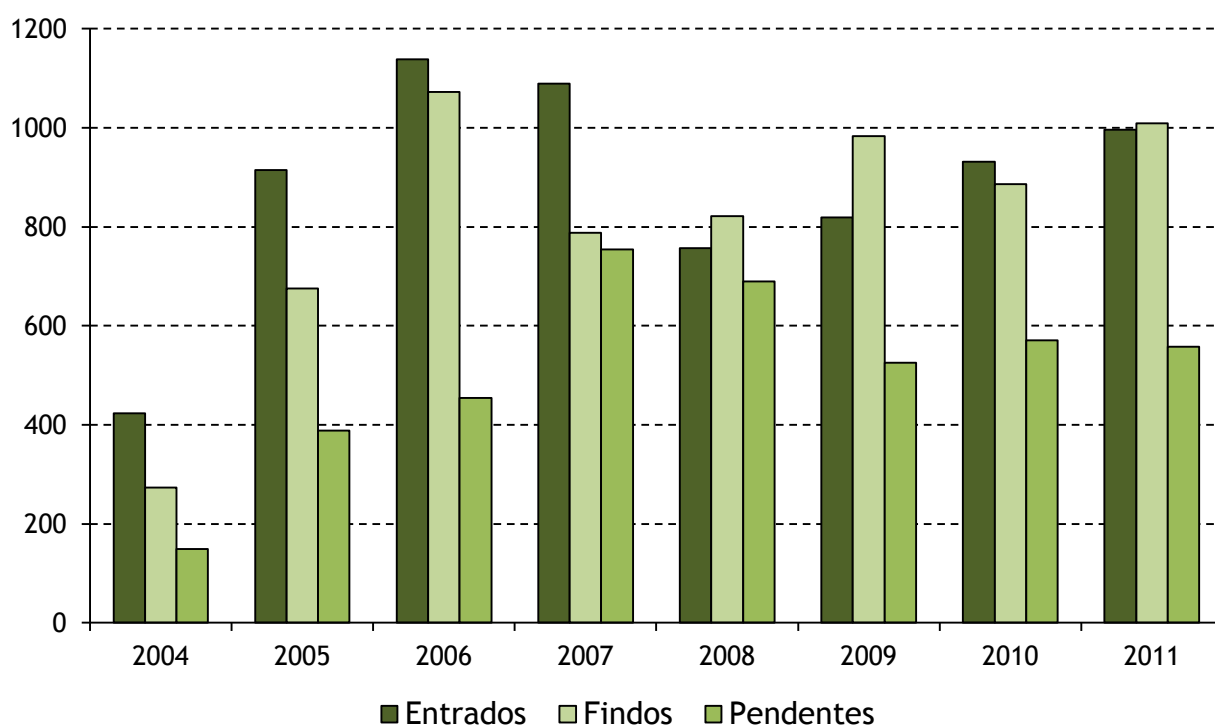
90		2011
2010	2009	2008
84	81	74

Julgado de Paz do Porto

Data de Instalação: 15-04-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	423		274		149	
2005	915	116,31%	676	146,72%	388	160,40%
2006	1139	24,48%	1073	58,73%	454	17,01%
2007	1089	-4,39%	788	-26,56%	755	66,30%
2008	757	-30,49%	822	4,31%	690	-8,61%
2009	819	8,19%	983	19,59%	526	-23,77%
2010	931	13,68%	886	-9,87%	571	8,56%
2011	996	6,98%	1009	13,88%	558	-2,28%
Totais	7069		6511		558	



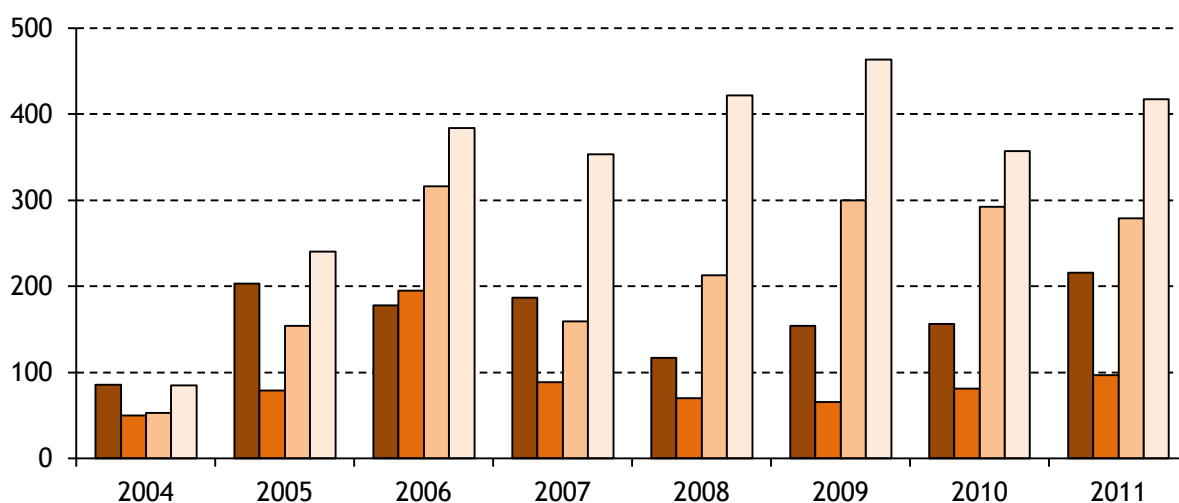
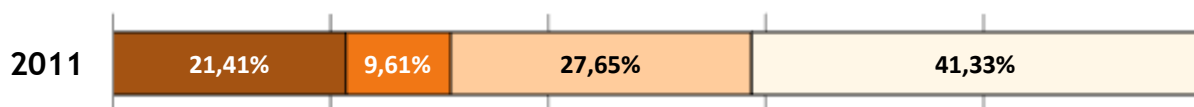
Julgado de Paz do Porto

Data de Instalação: 15-04-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	86	50	53	85	274	
2005	203	79	154	240	676	146,72%
2006	178	195	316	384	1073	58,73%
2007	187	89	159	353	788	-26,56%
2008	117	70	213	422	822	4,31%
2009	154	66	300	463	983	19,59%
2010	156	81	292	357	886	-9,87%
2011	216	97	279	417	1009	
Total	1297 (19,9 %)	727 (11,2 %)	1766 (27,1 %)	2721 (41,8 %)	6511	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz do Porto

Data de Instalação: 15-04-2004

Recusas de mediação

2009	1,95%
2010	4,30%
2011	7,83%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	64	0,91%	4	6	5	13
desertos		0,00%				
provido		0,00%		4	3	1
não provido	24	37,50%	1	3	5	3
parcial	1	1,56%	1		1	
desconhecidos	39	60,94%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	14,23%	15,67%	17,61%	21,41%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz				
	20,17%	22,71%	18,40%	22,98%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	8,52%	6,71%	9,14%	9,61%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz				
	15,12%	12,60%	11,00%	28,57%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	2
Funcionários	7
Protocolo	6
Mediadores	31

Duração Média (dias)

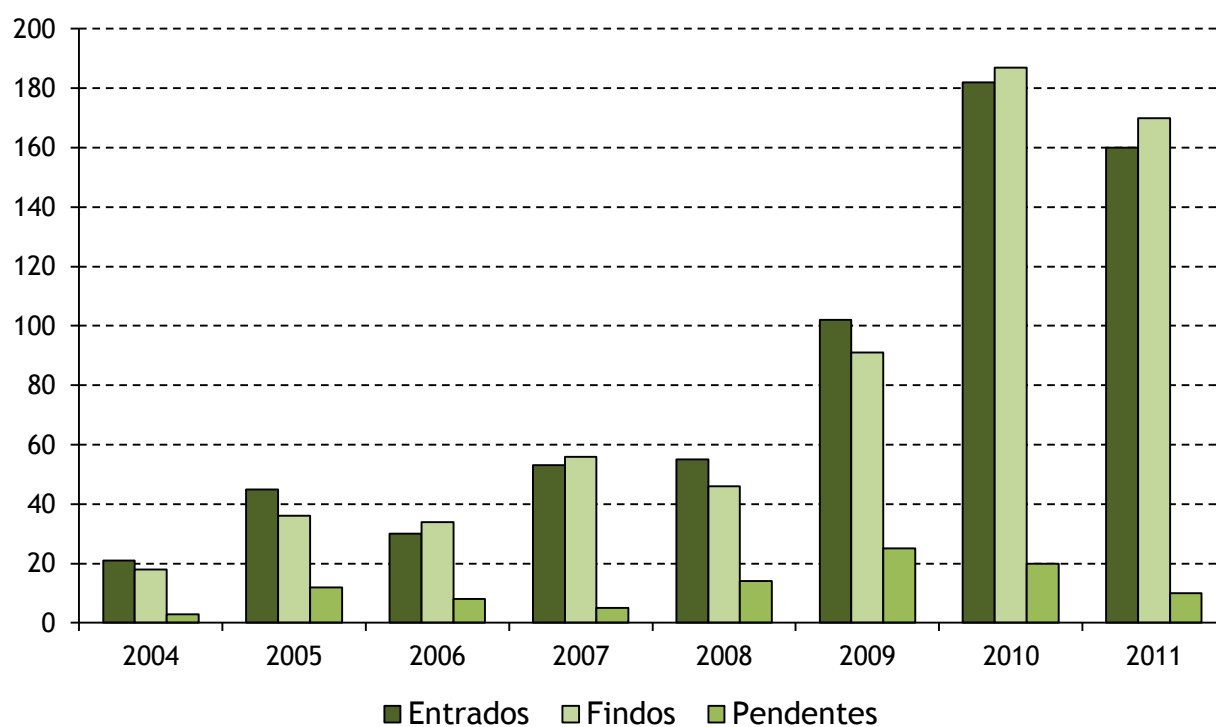
149		2011
2010	2009	2008
143	125	236

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira, Vila Nova de Paiva, Sátão, Penalva do Castelo e Trancoso

Data de Instalação: 17-05-2004

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2004	21		18		3	
2005	45	114,29%	36	100,00%	12	300,00%
2006	30	-33,33%	34	-5,56%	8	-33,33%
2007	53	76,67%	56	64,71%	5	-37,50%
2008	55	3,77%	46	-17,86%	14	180,00%
2009	102	85,45%	91	97,83%	25	78,57%
2010	182	78,43%	187	105,49%	20	-20,00%
2011	160	-12,09%	170	-9,09%	10	-50,00%
Totais	648		638		10	



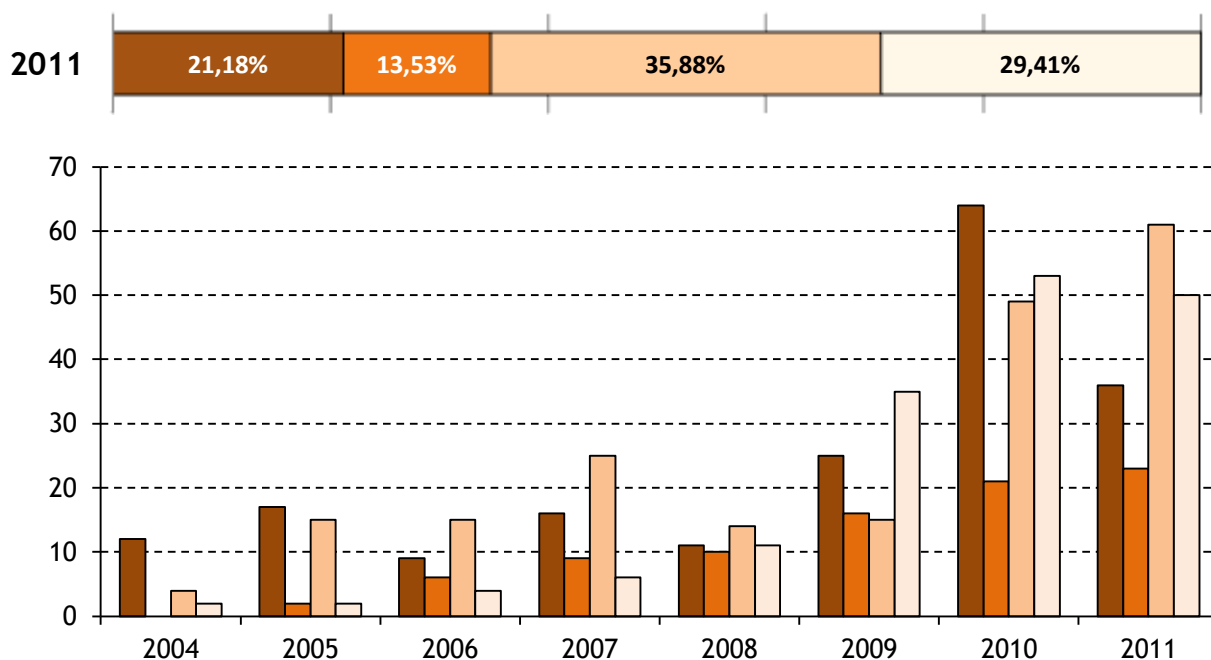
Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira, Vila Nova de Paiva, Sátão, Penalva do Castelo e Trancoso

Data de Instalação: 17-05-2004

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2004	12	0	4	2	18	
2005	17	2	15	2	36	100,00%
2006	9	6	15	4	34	-5,56%
2007	16	9	25	6	56	64,71%
2008	11	10	14	11	46	-17,86%
2009	25	16	15	35	91	97,83%
2010	64	21	49	53	187	105,49%
2011	36	23	61	50	170	
Total	190 (29,8 %)	87 (13,6 %)	198 (31 %)	163 (25,5 %)	638	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira, Vila Nova de Paiva, Sátão, Penalva do Castelo e Trancoso

Data de Instalação: 17-05-2004

Recusas de mediação

2009	18,20%
2010	9,00%
2011	8,13%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	6	0,93%	1	1		3
desertos		0,00%				
provido		0,00%				
não provido	4	66,67%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	2	33,33%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	23,91%	27,47%	34,22%	21,18%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz				
	61,11%	67,50%	34,00%	22,93%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	21,74%	17,58%	11,23%	13,53%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz				
	11,11%	43,75%	52,00%	23,08%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	6
Protocolo	8
Mediadores	18

Duração Média (dias)

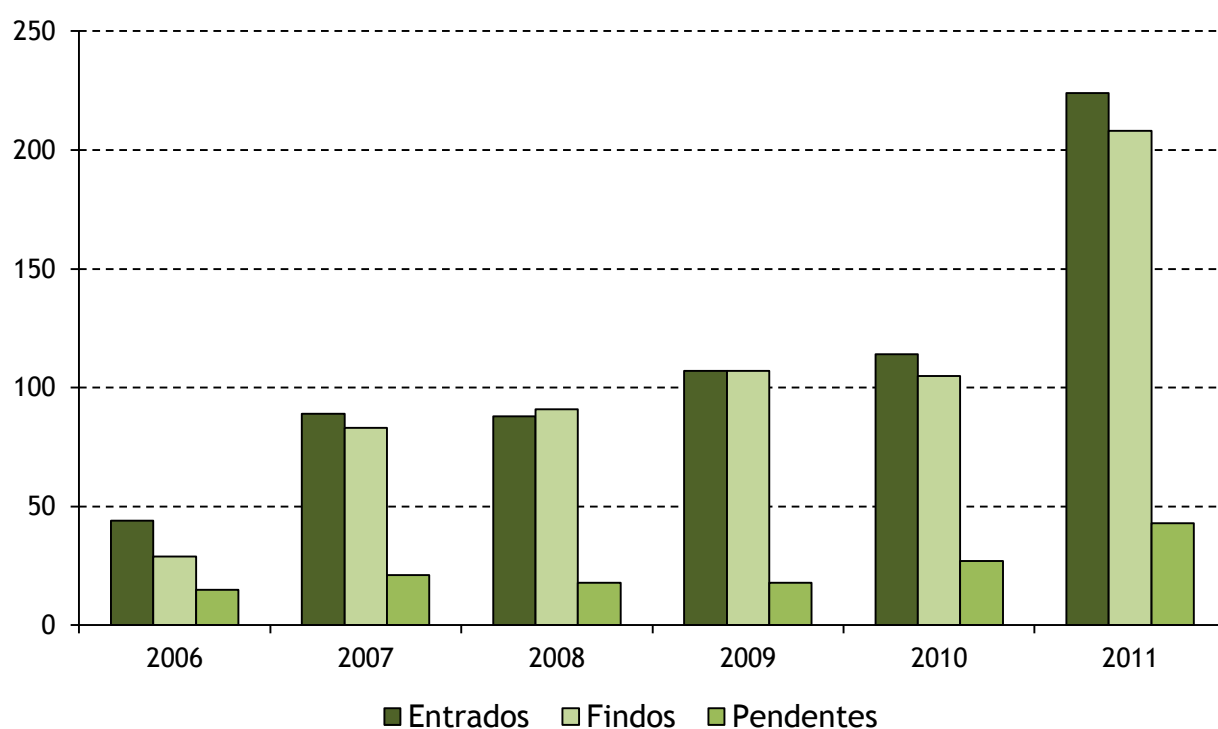
37			2011
2010	2009	2008	
35	34	34	

Julgado de Paz de Trofa

Data de Instalação: 07-03-2006

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2006	44		29		15	
2007	89	102,27%	83	186,21%	21	40,00%
2008	88	-1,12%	91	9,64%	18	-14,29%
2009	107	21,59%	107	17,58%	18	0,00%
2010	114	6,54%	105	-1,87%	27	50,00%
2011	224	96,49%	208	98,10%	43	59,26%
Totais	666		623		43	

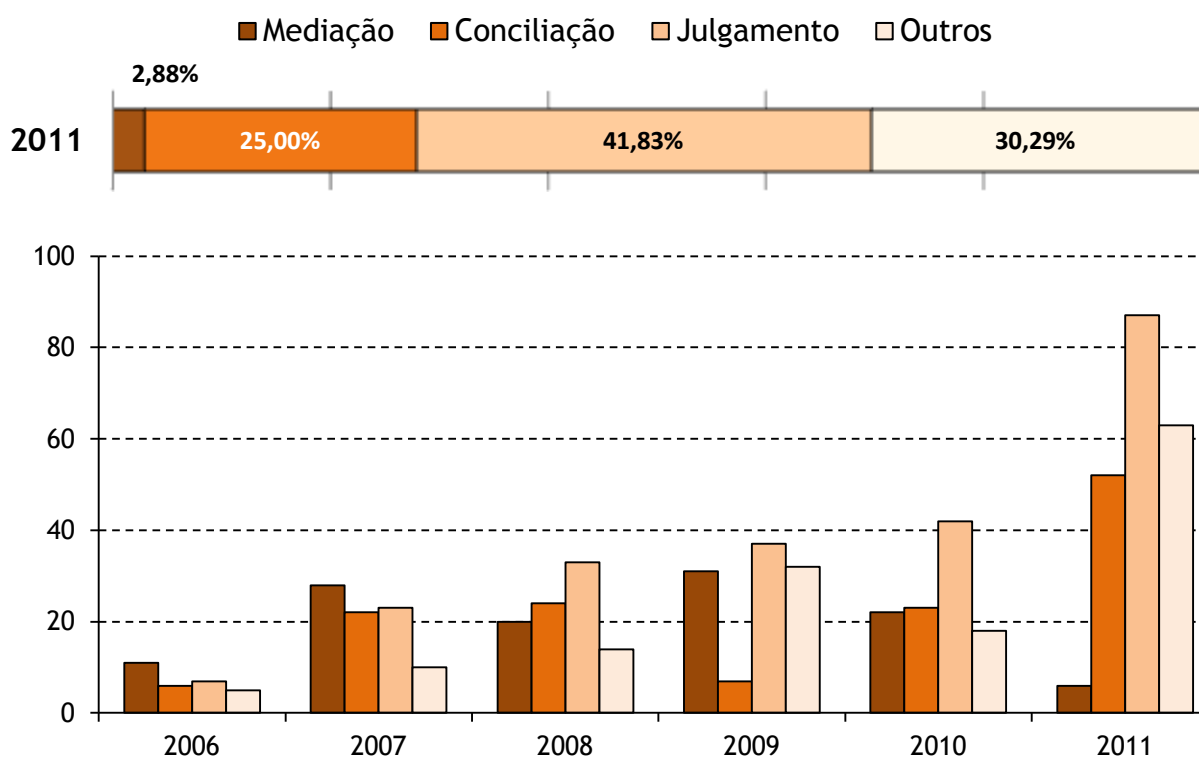


Julgado de Paz de Trofa

Data de Instalação: 07-03-2006

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2006	11	6	7	5	29	
2007	28	22	23	10	83	186,21%
2008	20	24	33	14	91	9,64%
2009	31	7	37	32	107	17,58%
2010	22	23	42	18	105	-1,87%
2011	6	52	87	63	208	
Total	118 (18,9 %)	134 (21,5 %)	229 (36,8 %)	142 (22,8 %)	623	



Julgado de Paz de Trofa

Data de Instalação: 07-03-2006

Recusas de mediação

2009	28,00%
2010	27,00%
2011	77,68%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	8	1,20%	1		5	1
desertos		0,00%				
provido	1	12,50%				
não provido	2	25,00%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	5	62,50%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	21,98%	28,97%	20,95%	2,88%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz				
	29,85%	43,05%	78,60%	10,34%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	26,37%	6,54%	21,90%	25,00%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz				
	26,76%	9,21%	16,70%	25,33%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	2
Protocolo	2
Mediadores	19

Duração Média (dias)

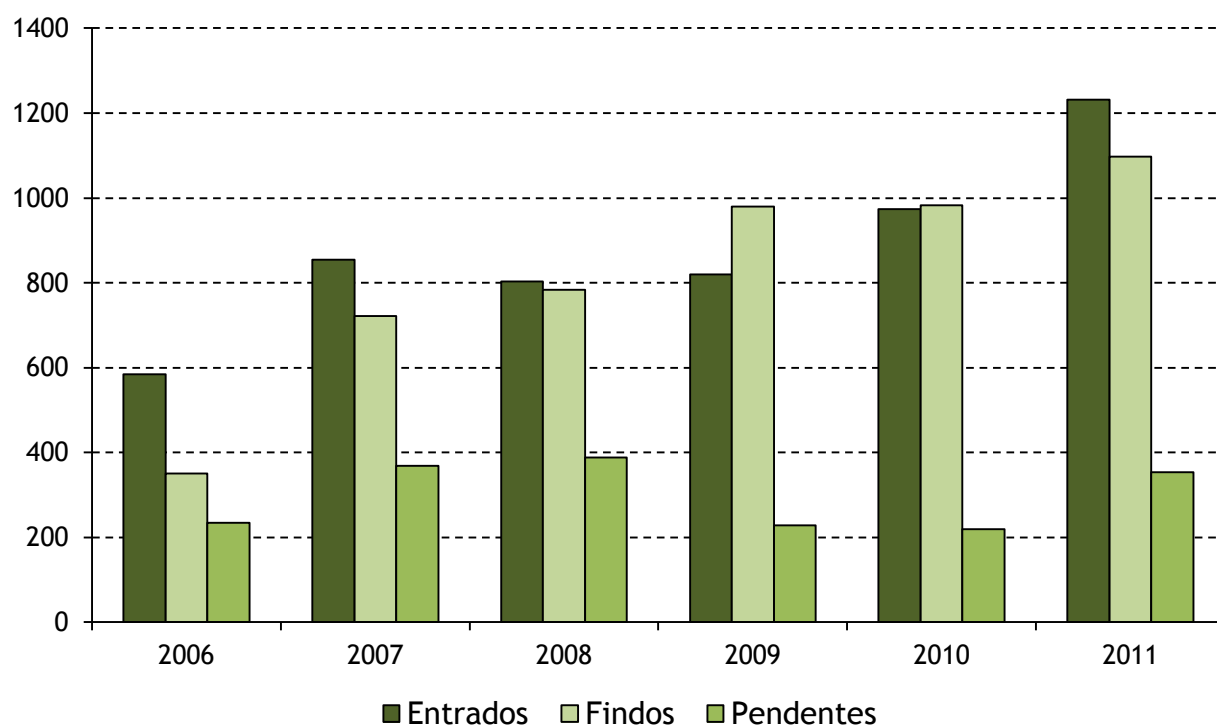
74		2011
2010	2009	2008
83	69	72

Julgado de Paz de Sintra

Data de Instalação: 15-03-2006

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2006	585		350		235	
2007	855	46,15%	721	106,00%	369	57,02%
2008	803	-6,08%	784	8,74%	388	5,15%
2009	819	1,99%	979	24,87%	228	-41,24%
2010	974	18,93%	982	0,31%	220	-3,51%
2011	1231	26,39%	1098	11,81%	353	60,45%
Totais	5267		4914		353	



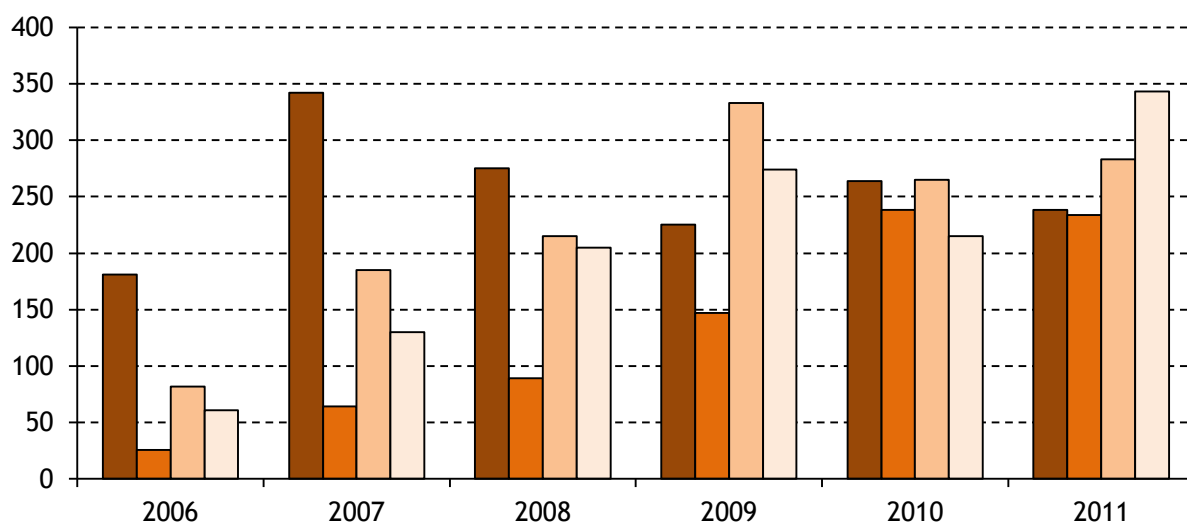
Julgado de Paz de Sintra

Data de Instalação: 15-03-2006

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2006	181	26	82	61	350	
2007	342	64	185	130	721	106,00%
2008	275	89	215	205	784	8,74%
2009	225	147	333	274	979	24,87%
2010	264	238	265	215	982	0,31%
2011	238	234	283	343	1098	
Total	1525 (31 %)	798 (16,2 %)	1363 (27,7 %)	1228 (25 %)	4914	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Sintra

Data de Instalação: 15-03-2006

Recusas de mediação

2009	20,00%
2010	17,00%
2011	26,08%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	12	0,23%	3	3	4	
desertos		0,00%				
provido	2	16,67%			1	
não provido	1	8,33%			1	
parcial		0,00%				
desconhecidos	9	75,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	35,08%	22,98%	26,88%	21,68%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	40,56%	28,00%	32,00%	28,62%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	11,35%	15,02%	24,24%	21,31%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	15,00%	19,00%	32,00%	36,62%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	2
Funcionários	5
Protocolo	6
Mediadores	38

Duração Média (dias)

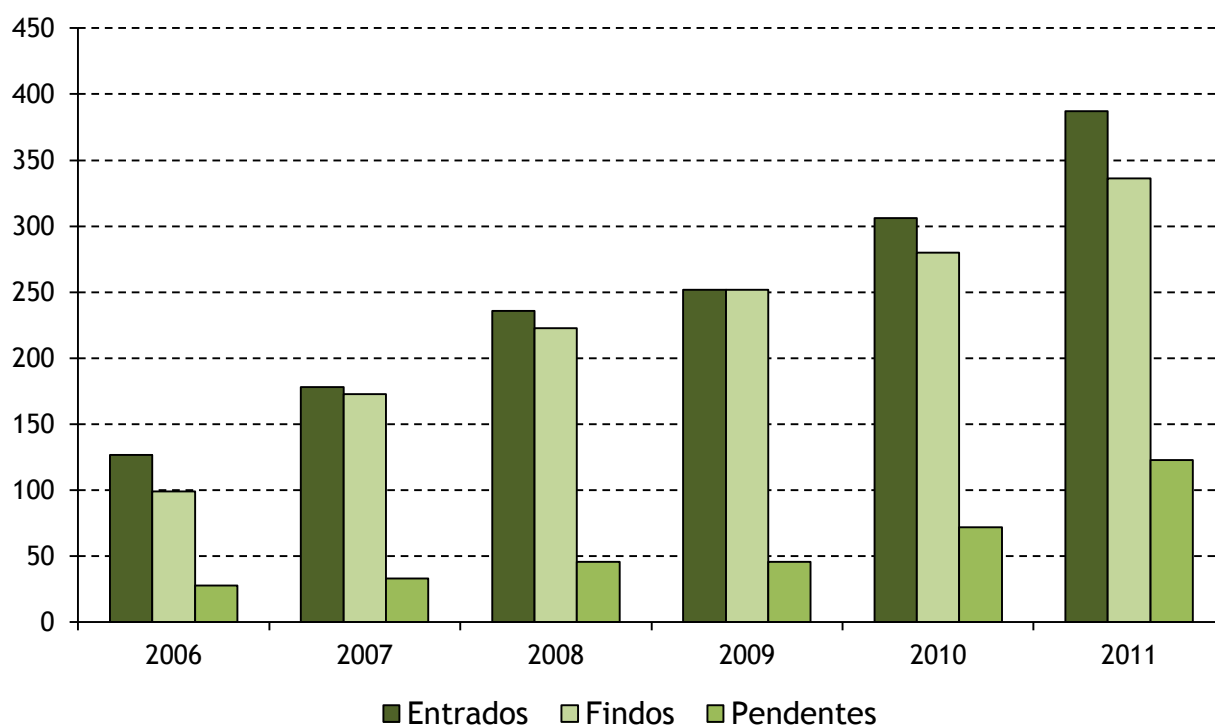
103		2011
2010	2009	2008
111	122	134

Julgado de Paz de Coimbra

Data de Instalação: 20-03-2006

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2006	127		99		28	
2007	178	40,16%	173	74,75%	33	17,86%
2008	236	32,58%	223	28,90%	46	39,39%
2009	252	6,78%	252	13,00%	46	0,00%
2010	306	21,43%	280	11,11%	72	56,52%
2011	387	26,47%	336	20,00%	123	70,83%
Totais	1486		1363		123	



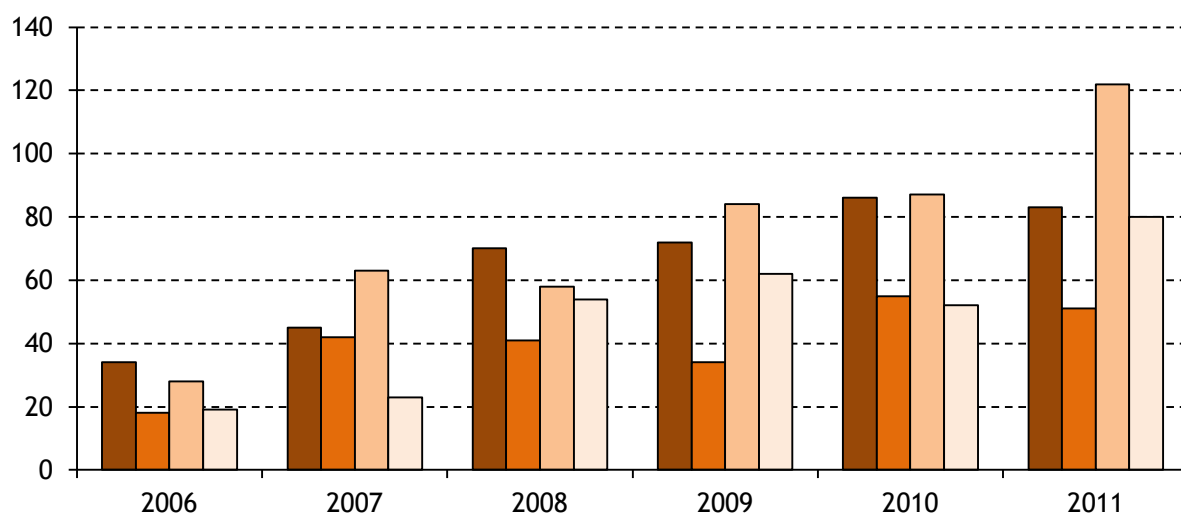
Julgado de Paz de Coimbra

Data de Instalação: 20-03-2006

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2006	34	18	28	19	99	
2007	45	42	63	23	173	74,75%
2008	70	41	58	54	223	28,90%
2009	72	34	84	62	252	13,00%
2010	86	55	87	52	280	11,11%
2011	83	51	122	80	336	
Total	390 (28,6 %)	241 (17,7 %)	442 (32,4 %)	290 (21,3 %)	1363	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Coimbra

Data de Instalação: 20-03-2006

Recusas de mediação

2009	15,10%
2010	15,35%
2011	13,95%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	9	0,61%	1	3	3	2
desertos		0,00%				
provido		0,00%				
não provido	3	33,33%	1	1		
parcial		0,00%				
desconhecidos	6	66,67%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	31,39%	28,57%	30,71%	24,70%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	34,14%	33,60%	33,20%	28,72%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	18,39%	13,49%	19,64%	15,18%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	26,80%	18,90%	25,00%	23,40%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	3
Protocolo	5
Mediadores	40

Duração Média (dias)

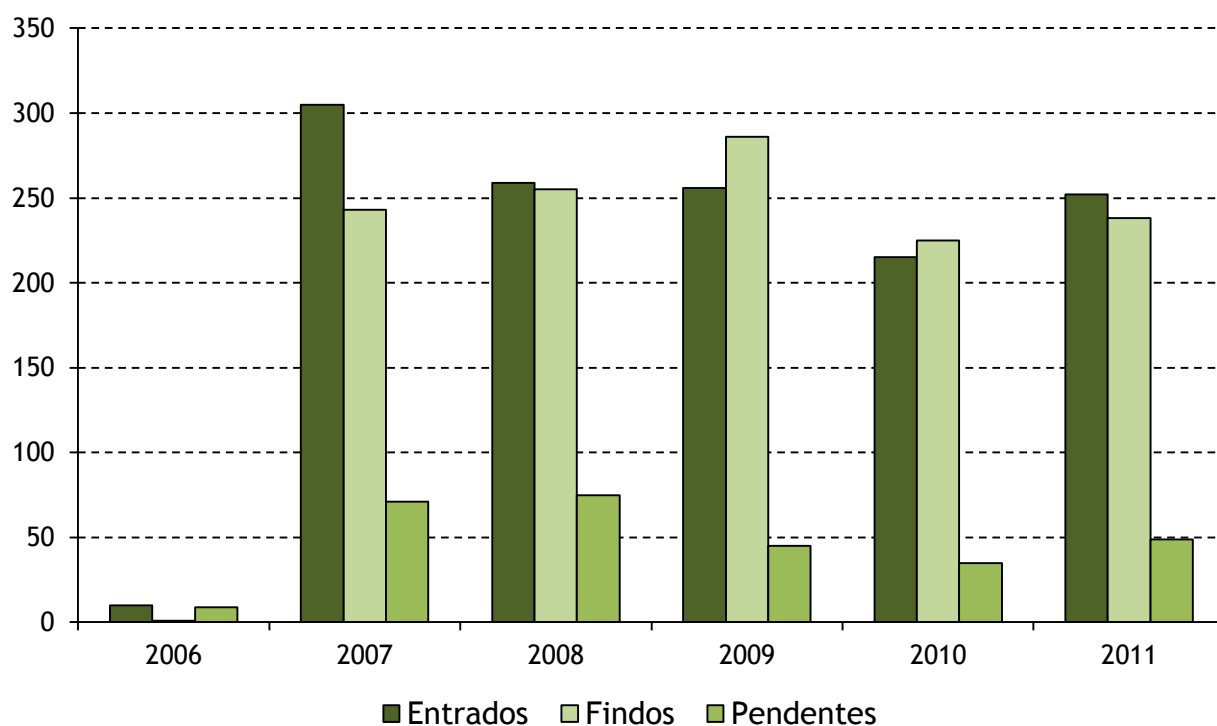
70		2011
2010	2009	2008
59	59	57

Julgado de Paz de Santa Maria da Feira

Data de Instalação: 28-11-2006

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2006	10		1		9	
2007	305	2950,00%	243	24200,00%	71	688,89%
2008	259	-15,08%	255	4,94%	75	5,63%
2009	256	-1,16%	286	12,16%	45	-40,00%
2010	215	-16,02%	225	-21,33%	35	-22,22%
2011	252	17,21%	238	5,78%	49	40,00%
Totais	1297		1248		49	



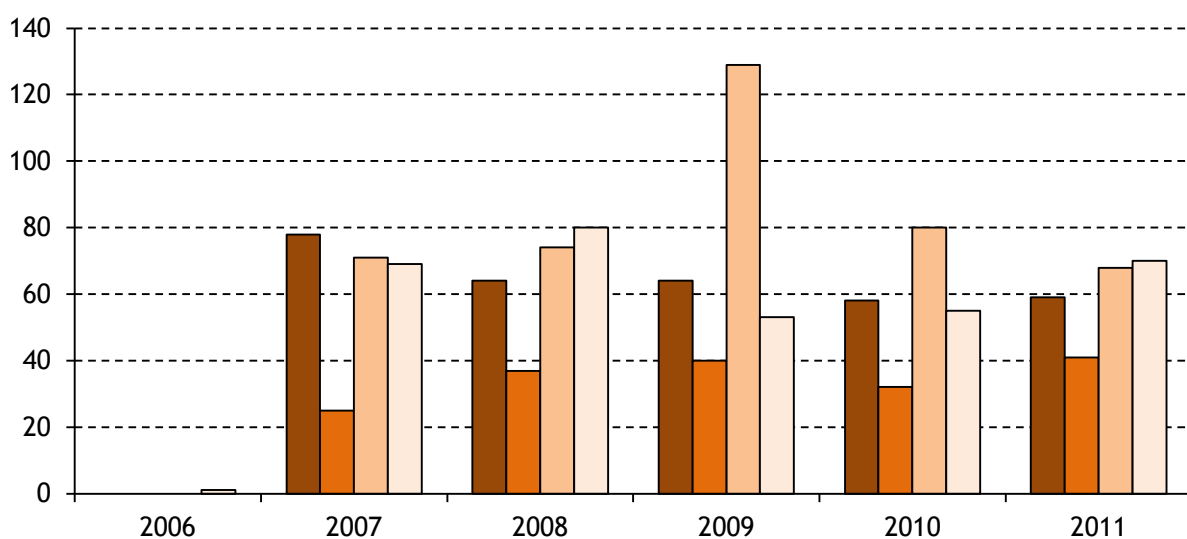
Julgado de Paz de Santa Maria da Feira

Data de Instalação: 28-11-2006

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2006	0	0	0	1	1	
2007	78	25	71	69	243	24200,00%
2008	64	37	74	80	255	4,94%
2009	64	40	129	53	286	12,16%
2010	58	32	80	55	225	-21,33%
2011	59	41	68	70	238	5,78%
Total	323 (25,9 %)	175 (14 %)	422 (33,8 %)	328 (26,3 %)	1248	

■ Mediação
 ■ Conciliação
 ■ Julgamento
 ■ Outros



Julgado de Paz de Santa Maria da Feira

Data de Instalação: 28-11-2006

Recusas de mediação

2009	6,99%
2010	7,00%
2011	13,89%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	10	0,77%	4	2		3
desertos	4	40,00%	2	1		
provido	1	10,00%		1		
não provido	2	20,00%	1			
parcial	1	10,00%	1			
desconhecidos	2	20,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	25,10%	22,38%	25,78%	24,79%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	27,12%	52,45%	30,73%	28,37%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	14,51%	13,99%	14,22%	17,23%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	39,63%	23,88%	21,68%	30,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	3
Protocolo	3
Mediadores	18

Duração Média (dias)

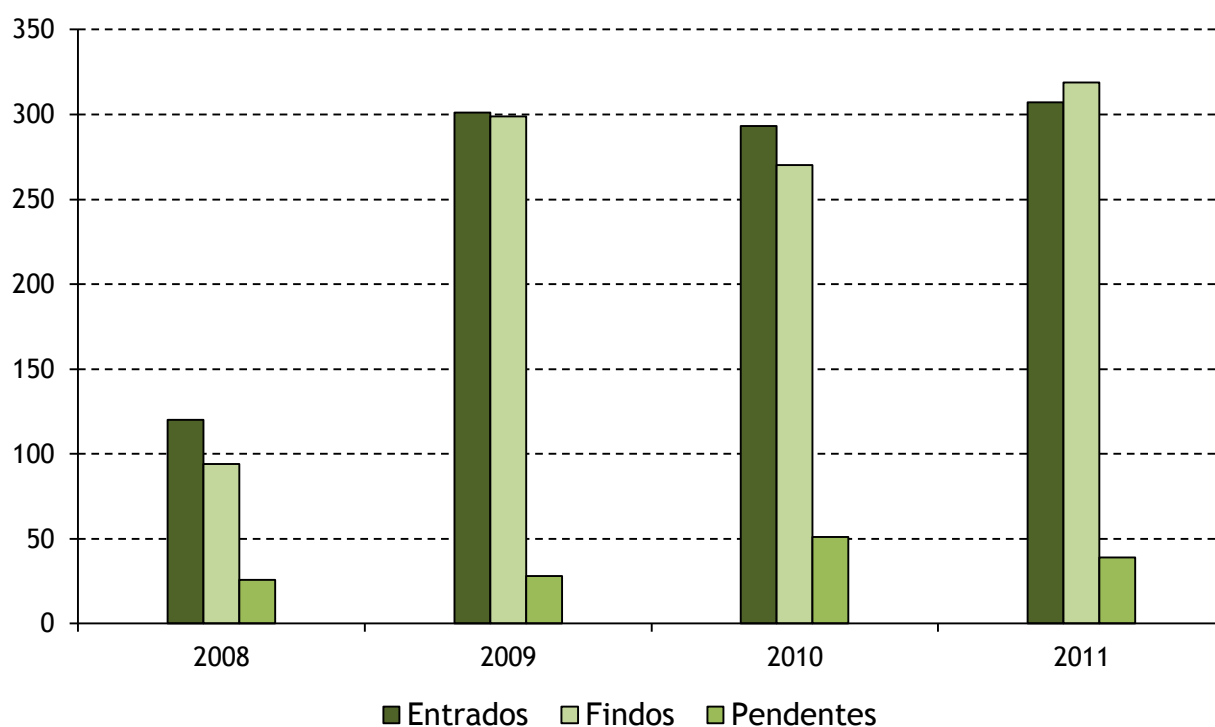
80		2011
2010	2009	2008
87	93	89

Julgado de Paz de Odivelas

Data de Instalação: 26-07-2008

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2008	120		94		26	
2009	301	150,83%	299	218,09%	28	7,69%
2010	293	-2,66%	270	-9,70%	51	82,14%
2011	307	4,78%	319	18,15%	39	-23,53%
Totais	1021		982		39	



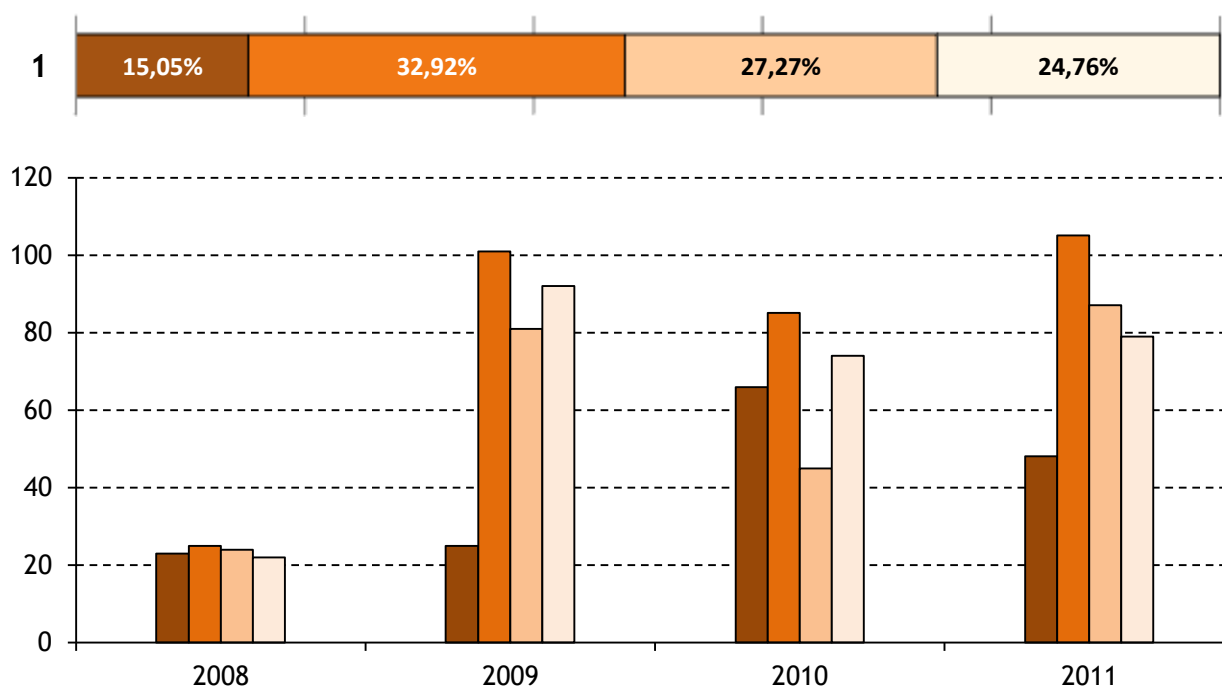
Julgado de Paz de Odivelas

Data de Instalação: 26-07-2008

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2008	23	25	24	22	94	
2009	25	101	81	92	299	218,09%
2010	66	85	45	74	270	-9,70%
2011	48	105	87	79	319	18,15%
Total	162 (16,5 %)	316 (32,2 %)	237 (24,1 %)	267 (27,2 %)	982	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento □ Outros



Julgado de Paz de Odivelas

Data de Instalação: 26-07-2008

Recusas de mediação

2009	79,00%
2010	62,00%
2011	31,27%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	1	0,10%		1		
desertos		0,00%				
provido		0,00%				
não provido		0,00%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	1	100,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	24,47%	8,36%	24,44%	15,05%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	50,00%	40,00%	22,50%	23,12%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	26,60%	33,78%	31,48%	32,92%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	26,00%	37,00%	29,01%	39,34%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	5
Protocolo	7
Mediadores	23

Duração Média (dias)

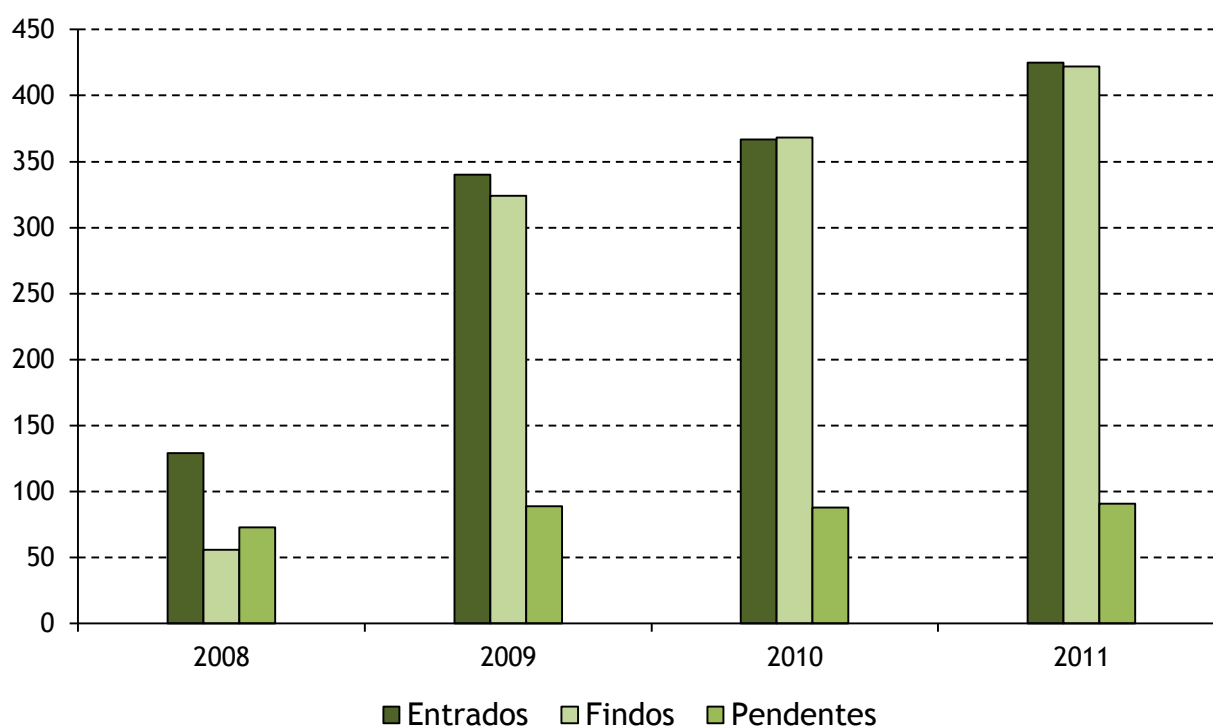
45		2011
2010	2009	2008
41	42	44

Julgado de Paz de Setúbal / Palmela

Datas de Instalação: 01-08-2008 e 09-12-2008

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2008	129		56		73	
2009	340	163,57%	324	478,57%	89	21,92%
2010	367	7,94%	368	13,58%	88	-1,12%
2011	425	15,80%	422	14,67%	91	3,41%
Totais	1261		1170		91	



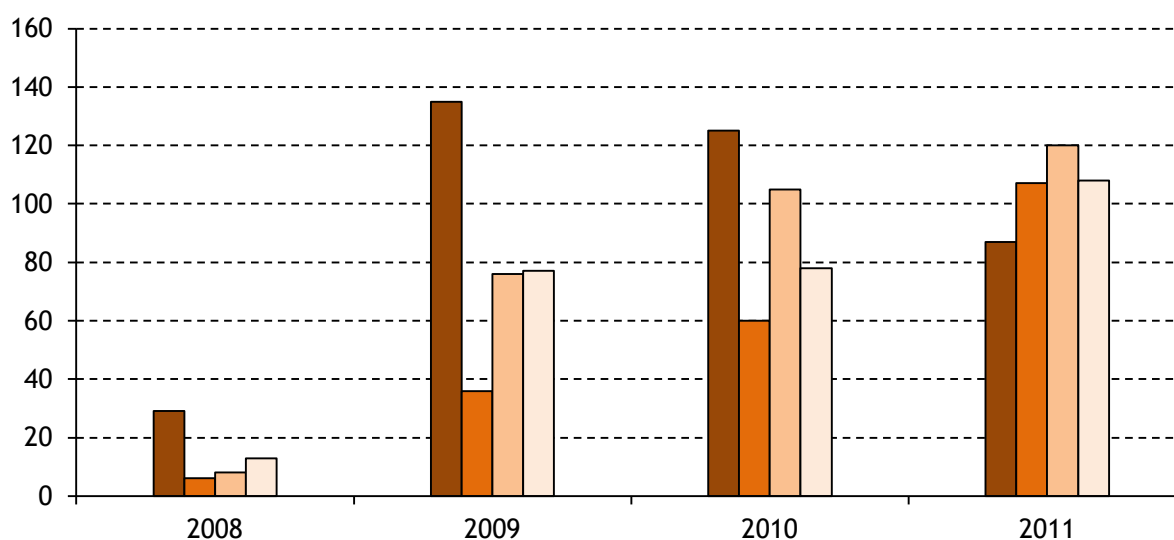
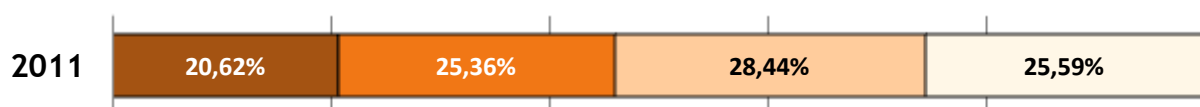
Julgado de Paz de Setúbal / Palmela

Datas de Instalação: 01-08-2008 e 09-12-2008

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2008	29	6	8	13	56	
2009	135	36	76	77	324	478,57%
2010	125	60	105	78	368	13,58%
2011	87	107	120	108	422	14,67%
Total	376 (32,1 %)	209 (17,9 %)	309 (26,4 %)	276 (23,6 %)	1170	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Setúbal / Palmela

Datas de Instalação: 01-08-2008 e 09-12-2008

Recusas de mediação

2009	15,29%
2010	33,50%
2011	44,65%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	6	0,48%	1		3	1
desertos		0,00%				
provido		0,00%				
não provido		0,00%				
parcial		0,00%				
desconhecidos	6	100,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2008	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	51,79%	41,67%	33,97%	20,62%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz				
	28,71%	44,79%	35,00%	34,36%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz				
	10,71%	11,11%	16,30%	25,36%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz				
	33,33%	62,05%	24,69%	37,27%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	6
Protocolo	5
Mediadores	21

Duração Média (dias)

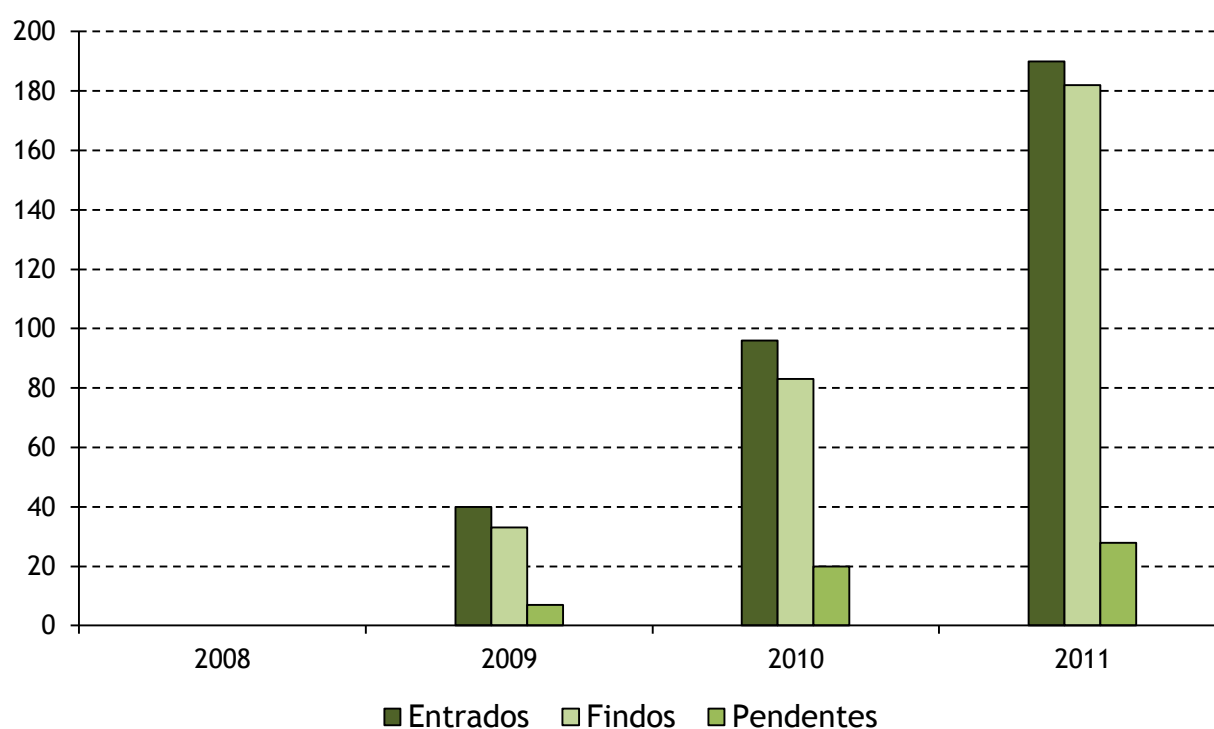
68		2011
2010	2009	2008
63	42	

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar

Data de Instalação: 11-12-2008

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2008	0		0		0	
2009	40		33		7	
2010	96	140,00%	83	151,52%	20	185,71%
2011	190	97,92%	182	119,28%	28	40,00%
Totais	326		298		28	



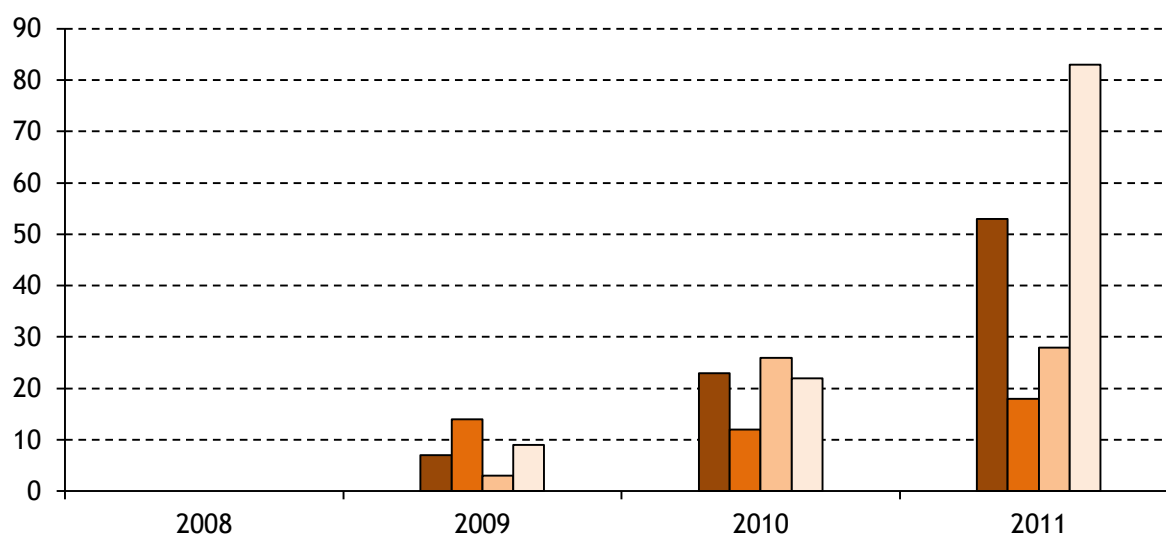
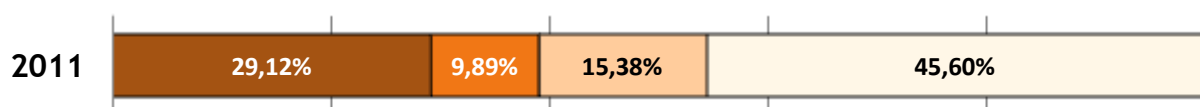
Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar

Data de Instalação: 11-12-2008

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2008	0	0	0	0	0	
2009	7	14	3	9	33	
2010	23	12	26	22	83	151,52%
2011	53	18	28	83	182	119,28%
Total	83 (27,9 %)	44 (14,8 %)	57 (19,1 %)	114 (38,3 %)	298	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento □ Outros



Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar

Data de Instalação: 11-12-2008

Recusas de mediação

2009	37,50%
2010	10,41%
2011	0,53%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	2	0,61%				2
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	2					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	21,21%	27,71%	29,12%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	33,33%	28,00%	29,44%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	42,42%	14,46%	9,89%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	57,14%	16,43%	0,00%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	2
Protocolo	4
Mediadores	3

Duração Média (dias)

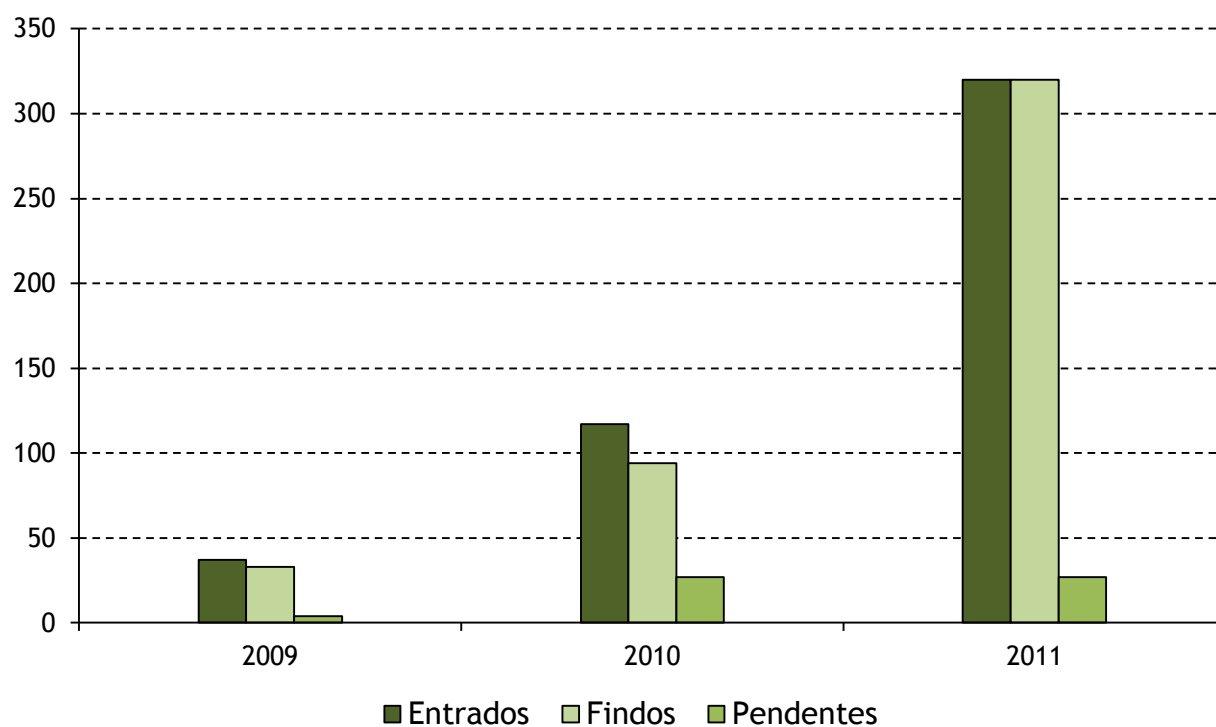
58	2011
2010	2009
46	41

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Oleiros, Mação, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei

Data de Instalação: 03-04-2009

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2009	37		33		4	
2010	117	216,22%	94	184,85%	27	575,00%
2011	320	173,50%	320	240,43%	27	0,00%
Totais	474		447		27	



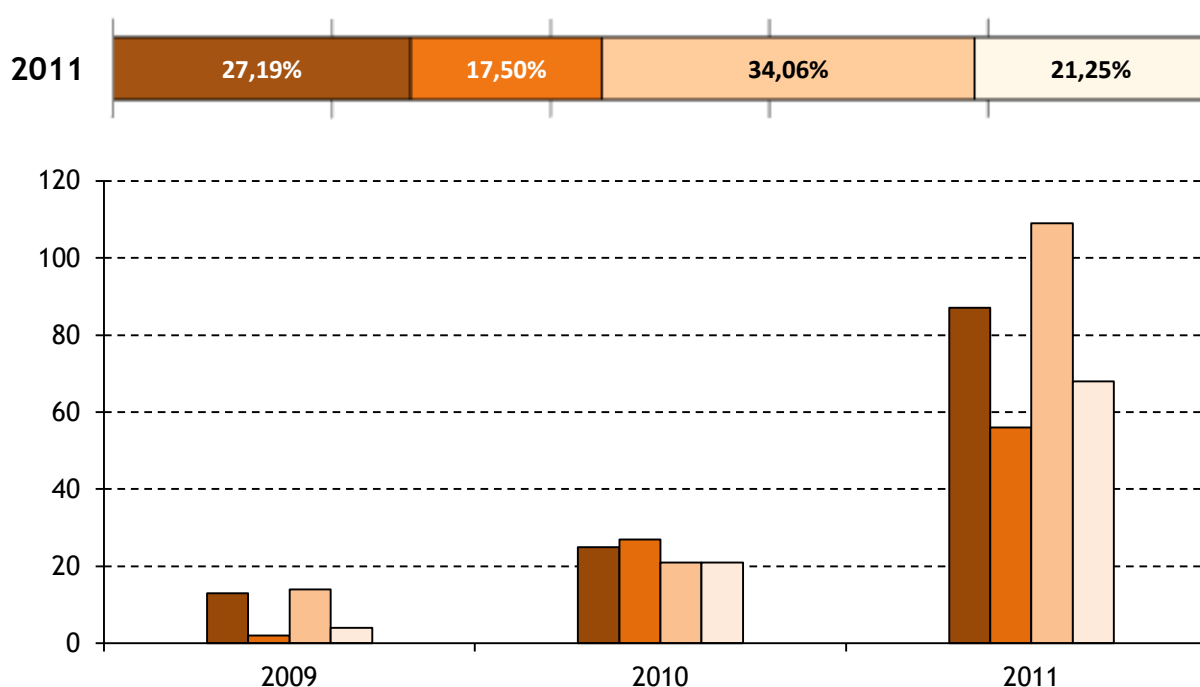
Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Oleiros, Mação, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei

Data de Instalação: 03-04-2009

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2009	13	2	14	4	33	
2010	25	27	21	21	94	184,85%
2011	87	56	109	68	320	240,43%
Total	125 (28 %)	85 (19 %)	144 (32,2 %)	93 (20,8 %)	447	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Oleiros, Mação, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei

Data de Instalação: 03-04-2009

Recusas de mediação

2009	2,70%
2010	28,20%
2011	20,31%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	1	0,21%				1
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	1					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	39,39%	26,60%	27,19%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	100,00%	33,33%	34,69%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	6,06%	28,72%	17,50%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	6,67%	55,17%	33,33%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	6
Protocolo	6
Mediadores	2

Duração Média (dias)

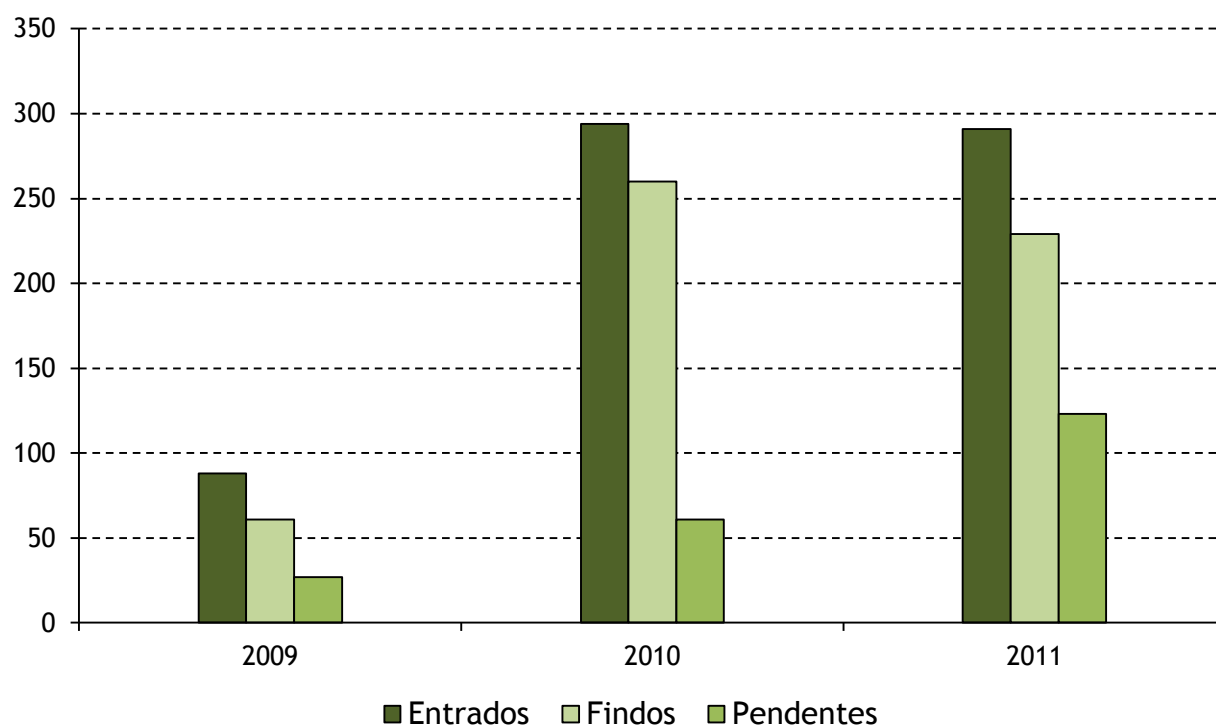
42		2011
2010	2009	2008
41	35	

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos e Nazaré

Data de Instalação: 21-04-2009

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2009	88		61		27	
2010	294	234,09%	260	326,23%	61	125,93%
2011	291	-1,02%	229	-11,92%	123	101,64%
Totais	673		550		123	



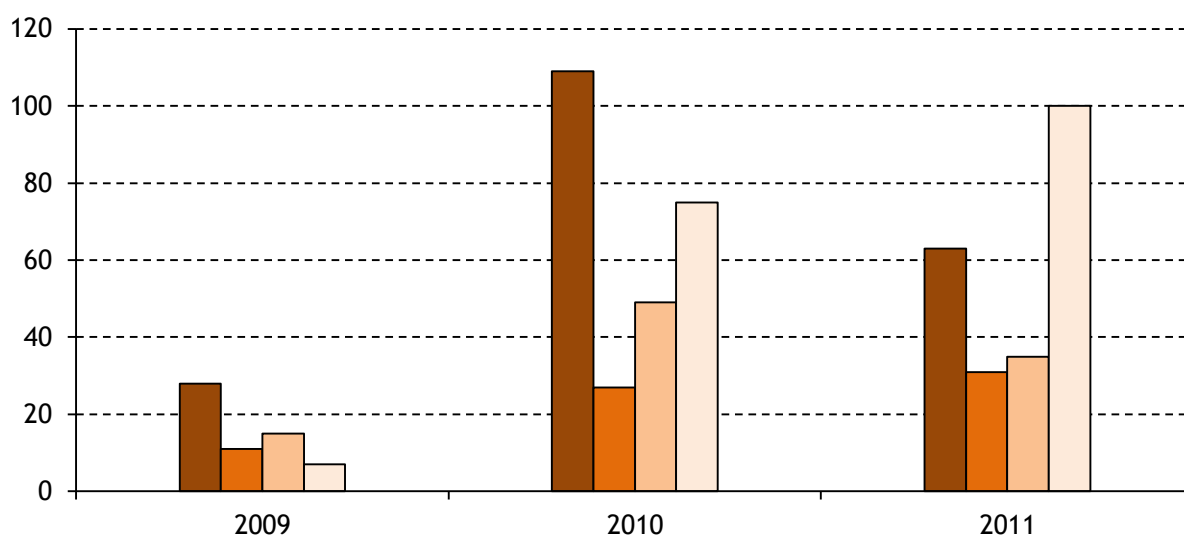
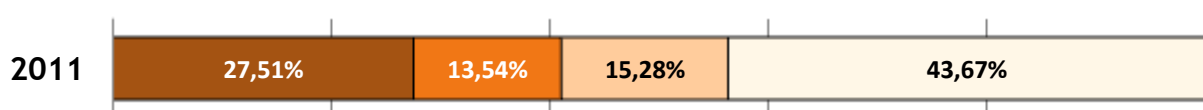
Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos e Nazaré

Data de Instalação: 21-04-2009

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2009	28	11	15	7	61	
2010	109	27	49	75	260	326,23%
2011	63	31	35	100	229	-11,92%
Total	200 (36,4 %)	69 (12,5 %)	99 (18 %)	182 (33,1 %)	550	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos e Nazaré

Data de Instalação: 21-04-2009

Recusas de mediação

2009	4,55%
2010	4,00%
2011	2,75%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	0	0,00%				
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	0					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	45,90%	41,92%	27,51%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	75,00%	38,50%	28,77%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	18,03%	10,38%	13,54%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	9,52%	17,88%	37,50%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	2
Protocolo	2
Mediadores	6

Duração Média (dias)

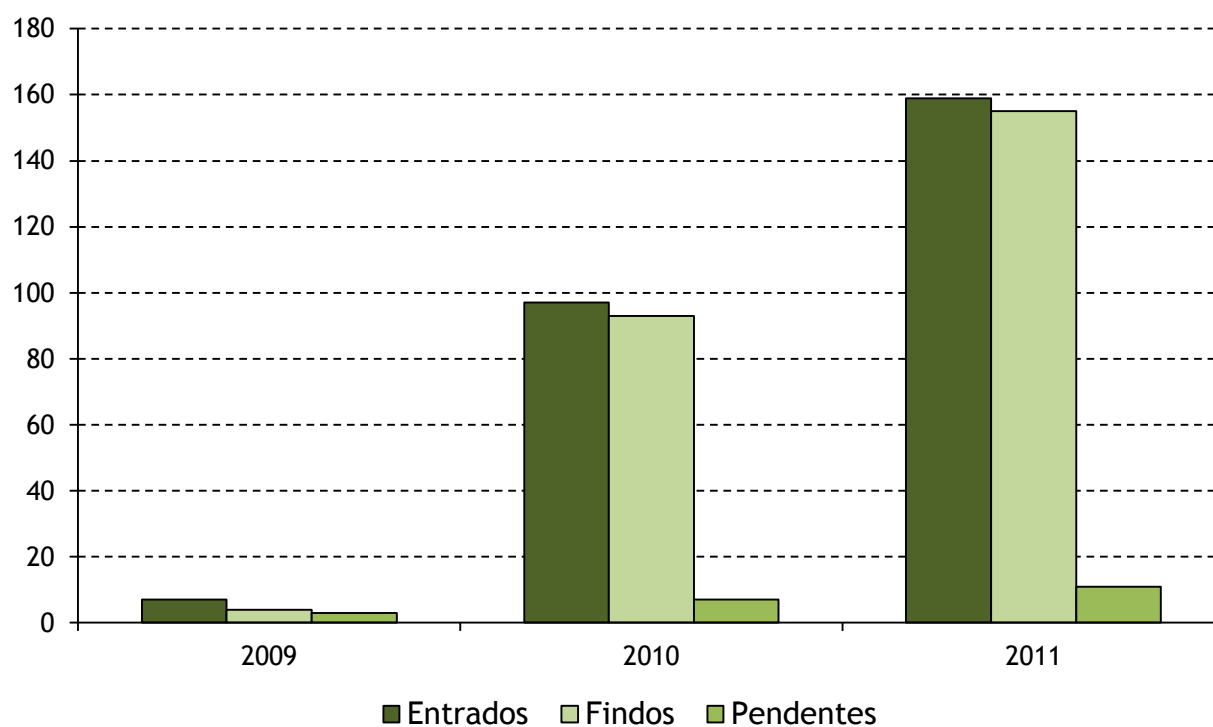
62		2011
2010	2009	2008
48	51	

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos Carregal do Sal, Mangualde e Nelas

Data de Instalação: 06-08-2009

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2009	7		4		3	
2010	97	1285,71%	93	2225,00%	7	133,33%
2011	159	63,92%	155	66,67%	11	57,14%
Totais	263		252		11	



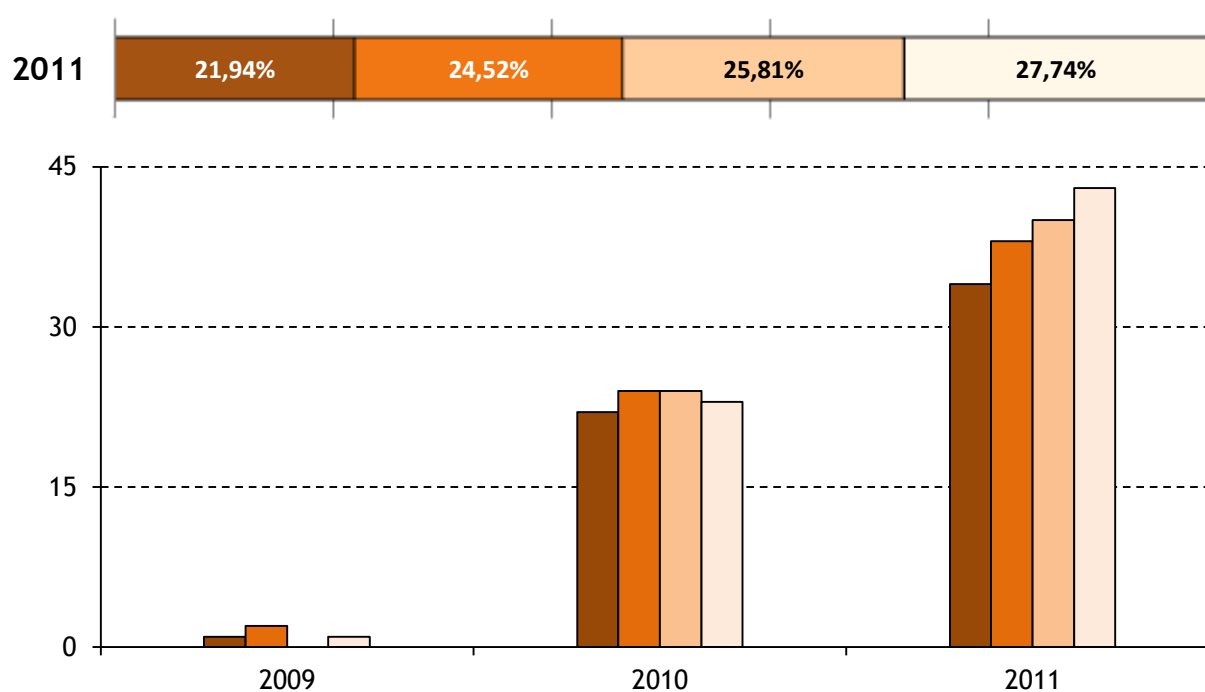
Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos Carregal do Sal, Mangualde e Nelas

Data de Instalação: 06-08-2009

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2009	1	2	0	1	4	
2010	22	24	24	23	93	2225,00%
2011	34	38	40	43	155	66,67%
Total	57 (22,6 %)	64 (25,4 %)	64 (25,4 %)	67 (26,6 %)	252	

■ Mediação
 ■ Conciliação
 ■ Julgamento
 ■ Outros



Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos Carregal do Sal, Mangualde e Nelas

Data de Instalação: 06-08-2009

Recusas de mediação

2009	0,00%
2010	9,01%
2011	48,43%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	4	1,52%				4
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	4					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2009	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	25,00%	23,66%	21,94%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	25,00%	52,00%	40,74%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	50,00%	25,81%	24,52%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	50,00%	35,00%	31,08%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	3
Protocolo	2
Mediadores	11

Duração Média (dias)

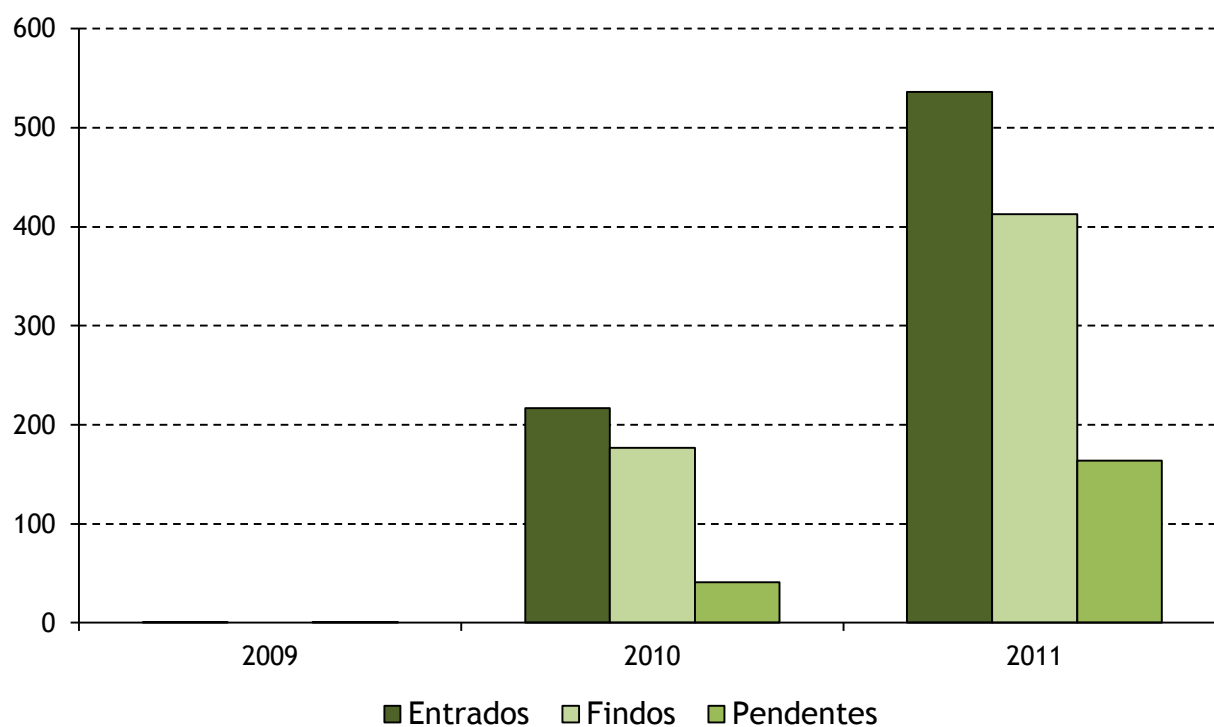
37		2011
2010	2009	2008
37	25	

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Câmara de Lobos e Funchal

Data de Instalação: 22-12-2009

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2009	1		0		1	
2010	217		177		41	
2011	536	147,00%	413	133,33%	164	300,00%
Totais	754		590		164	



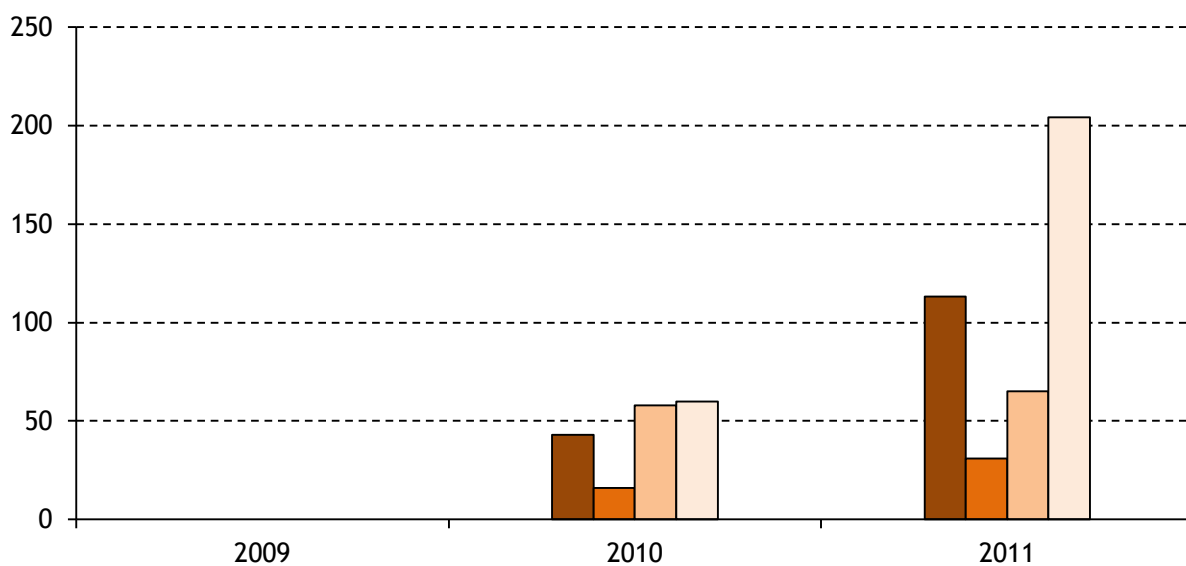
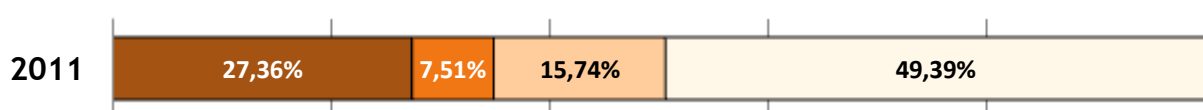
Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Câmara de Lobos e Funchal

Data de Instalação: 22-12-2009

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2009	0	0	0	0	0	
2010	43	16	58	60	177	
2011	113	31	65	204	413	
Total	156 (26,4 %)	47 (8 %)	123 (20,8 %)	264 (44,7 %)	590	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Câmara de Lobos e Funchal

Data de Instalação: 22-12-2009

Recusas de mediação

2009	
2010	41,66%
2011	8,58%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	7	0,93%			3	5
desertos		0,00%				
provido		0,00%				
não provido		0,00%			1	
parcial		0,00%				
desconhecidos	7	100,00%				

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	24,29%	27,36%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	41,66%	29,97%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	9,04%	7,51%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	23,64%	27,78%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	4
Protocolo	4
Mediadores	3

Duração Média (dias)

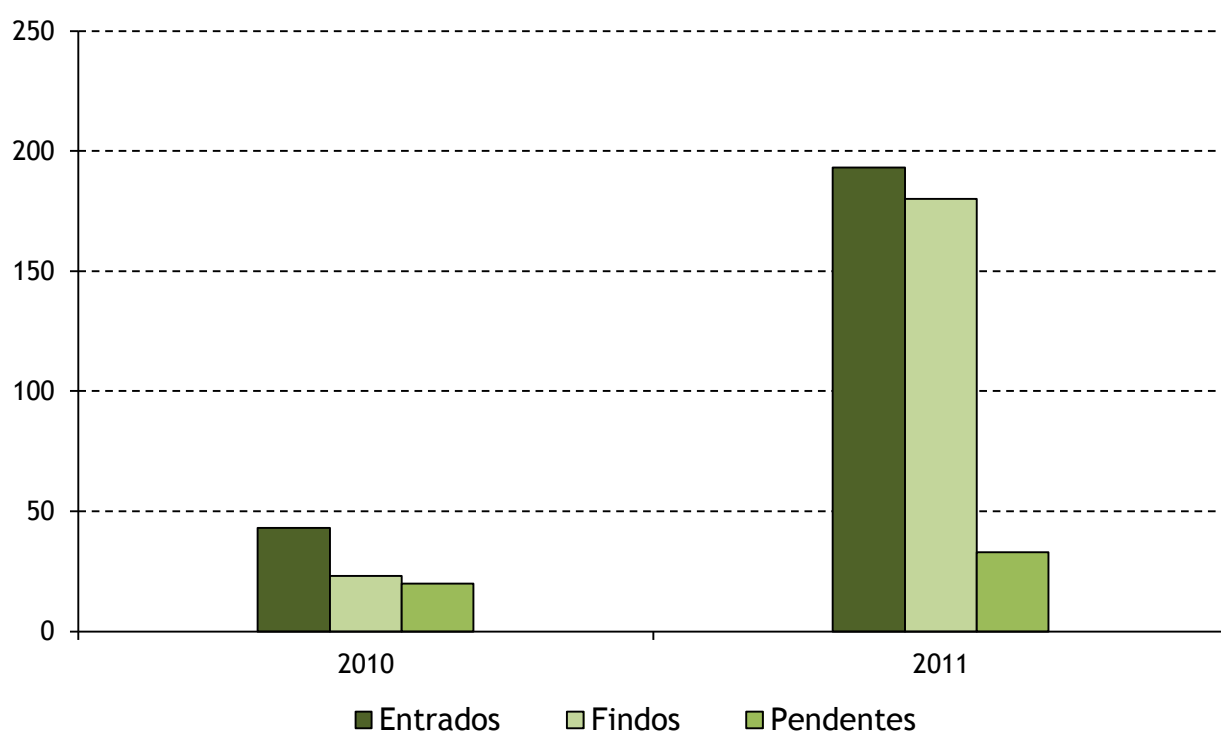
57		2011
2010	2009	2008
60	8	

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão

Data de Instalação: 11-09-2010

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2010	43		23		20	
2011	193	348,84%	180	682,61%	33	65,00%
Totais	236		203		33	



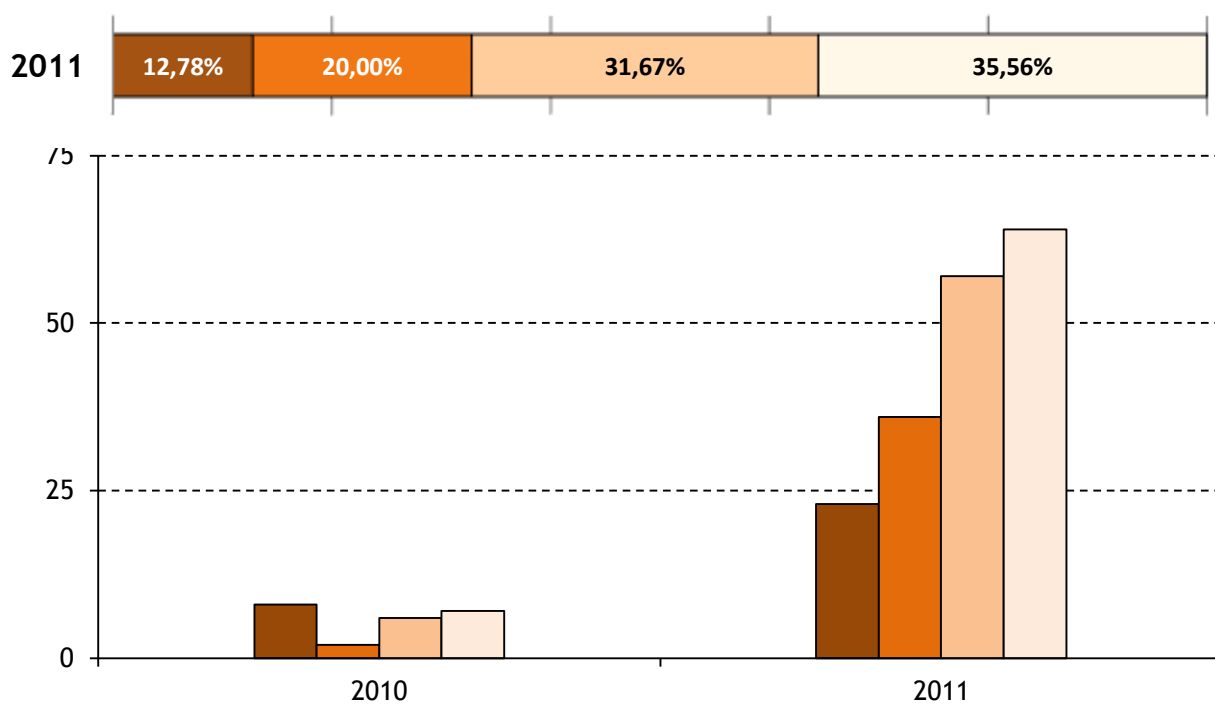
Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão

Data de Instalação: 11-09-2010

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2010	8	2	6	7	23	
2011	23	36	57	64	180	
Total	31 (15,3 %)	38 (18,7 %)	63 (31 %)	71 (35 %)	203	

■ Mediação ■ Conciliação ■ Julgamento ■ Outros



Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão

Data de Instalação: 11-09-2010

Recusas de mediação

2008	
2010	6,98%
2011	4,15%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	1	0,42%				1
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	1					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	34,78%	12,78%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	0,00%	13,45%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	8,70%	20,00%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	4,88%	33,33%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	2
Protocolo	2
Mediadores	7

Duração Média (dias)

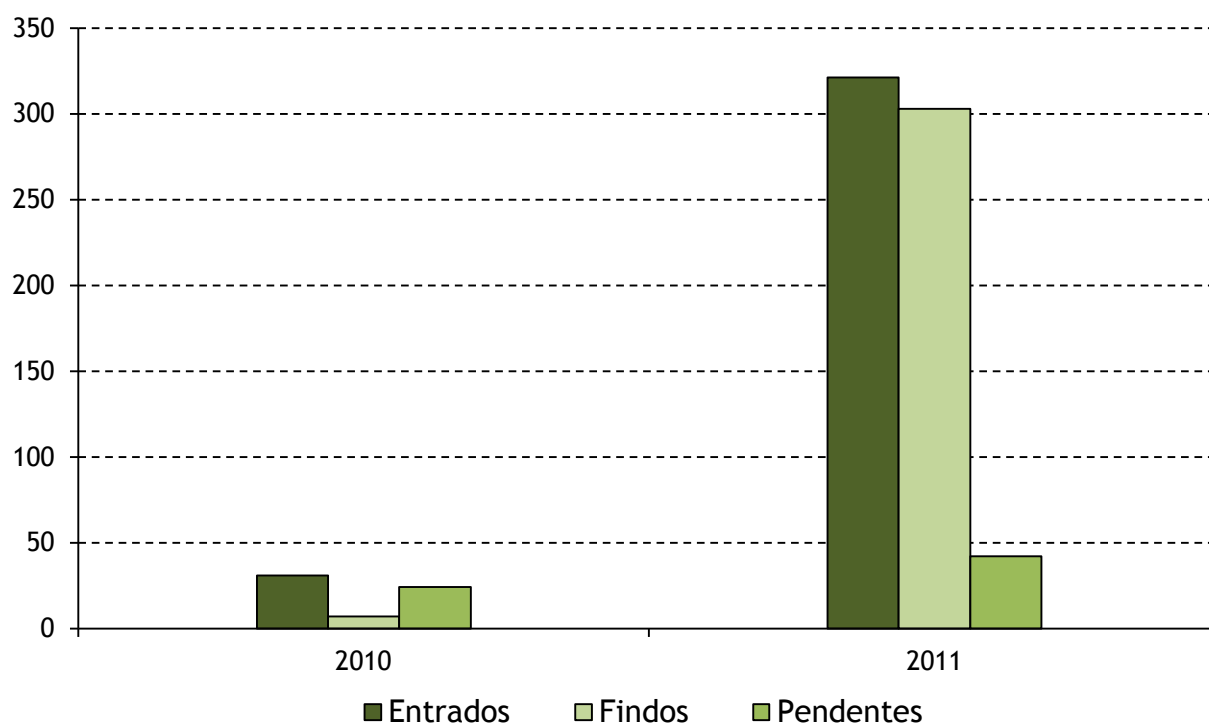
45		2011
2010	2009	2008
35		

Julgado de Paz de Cascais

Data de Instalação: 25-11-2010

Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano

	Entrados	variação %	Findos	variação %	Pendentes	variação %
2010	31		7		24	
2011	321	935,48%	303	4228,57%	42	75,00%
Totais	352		310		42	



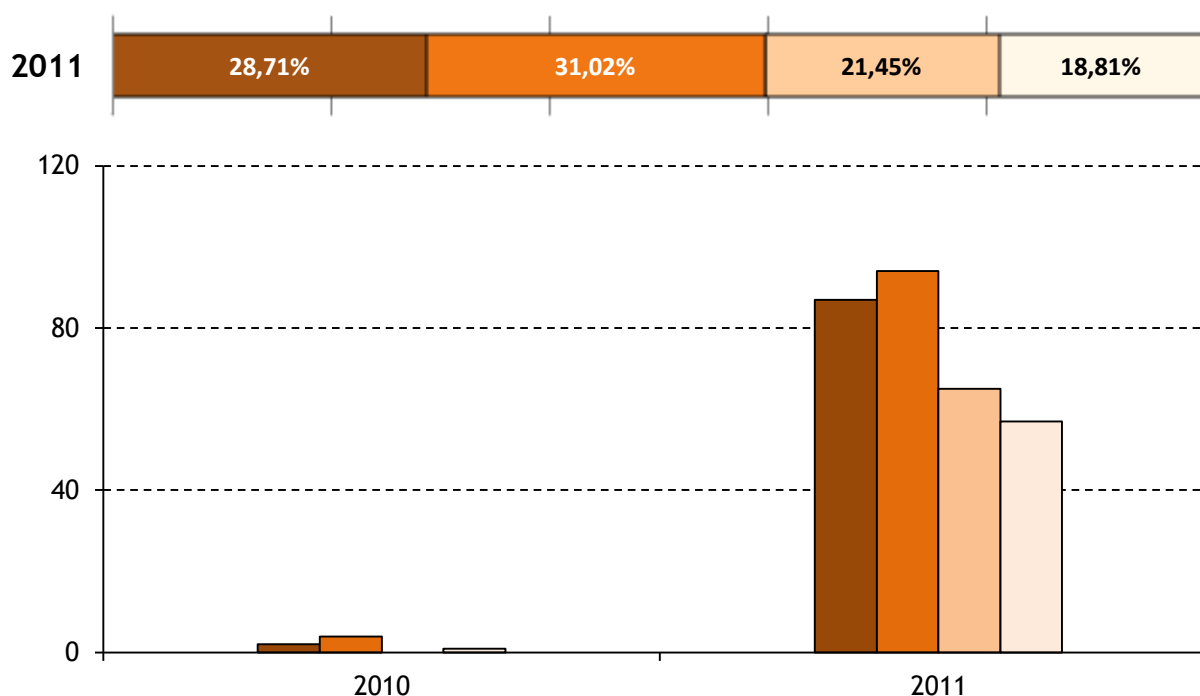
Julgado de Paz de Cascais

Data de Instalação: 25-11-2010

Motivos de Processos Findos, por ano

	Mediação	Conciliação	Julgamento	Outros	Total	variação %
2010	2	4	0	1	7	
2011	87	94	65	57	303	
Total	89 (28,7 %)	98 (31,6 %)	65 (21 %)	58 (18,7 %)	310	

■ Mediação
 ■ Conciliação
 ■ Julgamento
 ■ Outros



Julgado de Paz de Cascais

Data de Instalação: 25-11-2010

Recusas de mediação

2009	
2010	4,65%
2011	18,69%

Recursos

	Total *	%	2008	2009	2010	2011
interpostos	2	0,57%				2
desertos						
provido						
não provido						
parcial						
desconhecidos	2					

* desde instalação

Percentagens de Acordos e Conciliações

	2010	2011
Percentagem de Acordos, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	28,57%	28,71%
Percentagem de Acordos por mediados, relativamente aos que não foram recusados no Julgado de Paz	28,57%	35,51%
Percentagem de Conciliações, relativamente à totalidade de Processos Findos no Julgado de Paz	57,14%	31,02%
Percentagem de Conciliações, relativamente aos processos que não tiveram Acordo mediado no Julgado de Paz	80,00%	38,68%

Mapa de Pessoal do Julgado de Paz

Juizes	1
Funcionários	4
Protocolo	7
Mediadores	33

Duração Média (dias)

58	2011
2010	2009
18	2008

Protocolos

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz e Escolas

Para proporcionar estágios aos respetivos alunos a partir do 2º ciclo educacional.
Lista atualizada de escolas protocoladas até 31 de Janeiro de 2012

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
Escola de Direito da Universidade Católica
Universidade de Aveiro
Escola Técnico Profissional de Cantanhede
Escola Secundária de Camões
Escola Alemã de Lisboa
Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Cooperativa de Ensino Superior; CRL
Universidade Fernando Pessoa
Escola de Direito da Universidade do Minho
Instituto Superior Bissaya Barreto
Escola Secundária de Vila Verde
Escola Secundária de Santa Maria da feira
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
Faculdade de Direito da Universidade do Porto

**No ano de 2011, os Julgados de Paz proporcionaram
aos alunos das Escolas supra mencionadas, 246 estágios.**

Introdução	1
-------------------	----------

Estatísticas Globais

Datas de Instalação do Julgados de Paz	11
Processos Entrados, Findos e Pendentes, por ano	12
Processos Findos, por Motivo, por ano	13
Processos Entrados, Findos e Pendentes, por Julgado de Paz, em 2010	14
Processos Entrados, Findos e Pendentes, por Julgado de Paz, em 2011	15
Variação de Processos Entrados, Findos e Pendentes, por Julgado de Paz	16
Recursos interpostos, desde a instalação	17
Durações médias, por Julgado de Paz	18
Processos Findos, por Juiz e Funcionário, em 2011	19
Mediação extra-competência, desde a instalação	20
Mediações de matéria Penal, Laboral e Familiar, desde a instalação	21
Processos decididos por equidade, desde a instalação	22
Processos oriundos dos Tribunais Judiciais, desde a instalação	23
Funcionários, por Julgado de Paz	24

Estatísticas por Julgado de Paz

JP Lisboa	25
JP Oliveira do Bairro	28
JP Seixal	31
JP Vila Nova de Gaia	34
JP Miranda do Corvo	37
JP Terras de Bouro	40
JP Vila Nova de Poiares	43
JP Santa Marta de Penaguião	46
JP Tarouca	49
JP Cantanhede	52
JP Porto	55
JP Aguiar da Beira	58
JP Trofa	61
JP Sintra	64
JP Coimbra	67
JP Santa Maria da Feira	70
JP Odivelas	73
JP Palmela e Setúbal	76
JP Castro Verde	79
JP Sertã	82
JP Óbidos	85
JP Carregal do Sal	88
JP Funchal	91
JP Belmonte	94
JP Cascais	97

Protocolos	100
-------------------	------------

Anexos I	101
-----------------	------------